

campanha nacional

**quem
é impede?**

liberdade
sexual,
o **nosso**
direito

briza





Ferramentas de formaçom e luta



Quem cho impede? Liberdade sexual, o nosso direito
Dossier campanha nacional

Colecçom

Ferramentas de formaçom e luta nº 3

Data de impressom: Outubro de 2008
Tiragem: 500 exemplares

www.briga-galiza.org
nacional@briga-galiza.org

QUEM CHO IMPEDE?

LIBERDADE SEXUAL, O NOSSO DIREITO

ÍNDICE

I.- JUVENTUDE E LUITAS SEXUAIS	7
1.- Sexualidade, sexualidade e morais sexuais	7
2.- Umha nova moral sexual?	10
3.- Juventude e sexualidade	12
4.- Cara a emancipaçom sexual	13
II. POLÍTICA DO BIPARTIDO NA SEXUALIDADE JUVENIL	17
1.- Introduçom	17
2.- Consideraçons prévias	18
2.1.- A educaçom sexual na Galiza de Tourinho e Quintana	
2.2.- Assessoramento afectivo sexual frente a sexualidade livre	
2.3.- A sexualidade juvenil na Galiza de 2008	
3.- Realidade e ficçom na gestom autonómica da política sexual	27
3.1.- Promessas eleitorais, organizaçons juvenis e obediência partidista	
3.2.- A farsa da "rede" <i>Querote</i> : centros afectivo-sexuais	
4.- A agenda esquecida do bipartido	34
4.1.- Métodos anticoncepcionais: continuismo e ineficiêcia	
4.2.- Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST): as companheiras de cama que ninguém vê	
4.3.- A gravidez nom desejada: A criminalizaçom do aborto	
5.- O movimento LGTB	48
5.1.- Consideraçons prévias	
5.2.- Homofobia, transfobia e violêcia sistémica contra o movimento LGBT	
5.3.- Situaçom actual do movimento LGBT galego	
6.- Tabela reivindicativa. Alternativas à visom institucional da sexualidade	60
7.- Anexo gráfico	61

Primeira parte

Juventude e luitas sexuais

A repressom e controlo dos comportamentos sexuais da maioria, por parte dos aparelhos de dominaçom, tem sido umha constante ao longo da história humana. De facto, se atendermos ao que à luz da investigação científica se tem descoberto sobre a evoluçom das sociedades, o primeiro sistema de opressom que se assentou sobre a humanidade baseou-se precisamente na submissom das mulheres aos homens partindo do controlo, domínio e repressom da sexualidade feminina por parte do poder masculino, configurando o que se deu em chamar sistema patriarcal.

Porém, embora a apariçom do patriarcado remonte até etapas prehistóricas, a obsessom polo domínio e repressom sobre as sexualidades tem sido umha característica básica dos sistemas de exploraçom e dominaçom que vinhérom após o patriarcado inicial. De facto estes sistemas nom substituírom totalmente o patriarcado, senom que o adaptárom às suas necessidades criando modelos específicos de dominaçom masculina acaídos às suas características concretas.

Assim o patriarcado próprio do modelo social imperante nas sociedades da antigüidade clássica nom é igual ao das sociedades do feudalismo medieval, e este apresenta características divergentes do que viria da mao do capitalismo e a burguesia. Mas em todos esses sistemas de dominaçom impugérom-se a submissom das mulheres aos homens e uns modelos de sexualidade dominantes, umhas morais sexuais concretas, que buscavam contribuir para um reforço das relaçom de opressom das minorias dominantes sobre a imensa maioria explorada.

A preocupação pola emancipaçom e a liberdade sexual nom pode ser estranha à actividade dumha organizaçom juvenil revolucionária num país oprimido enquanto a sexualidade fai parte da centralidade das necessidades básicas de qualquer ser humano. Por dizê-lo dum jeito condensado, poderíamos afirmar que o gozo da sexualidade dum jeito plenamente livre é umha condiçom indispensável para a felicidade, que a fim de contas é o objectivo final do nosso projecto emancipador revolucionário. E é precisamente da ligaçom entre sexualidade, felicidade e liberdade, de onde parte o quid da questom.

1.- SEXUALIDADE, SEXUALIDADES E MORAIS SEXUAIS

Falar de sexualidade obriga a fazer umha série de consideraçom prévias que definam o ponto de que partimos. O primeiro de todo será pois estabelecermos o que entendemos por sexualidade.

Poderíamos dizer que a sexualidade é um mecanismo biológico que fai acompanhar de prazer às práticas reprodutivas das espécies animais superiores. E que precisamente nos degraus mais elevados da evoluçom essas práticas prazenteiras se podem desligar totalmente do acto reprodutivo convertendo-se em ferramentas de relaçom social ou simples fonte de gozo, individual ou compartilhado. Da sexualidade em abstracto

passamos pois às sexualidades, ou ao modo em que os indivíduos gozam do prazer associado ao sexo de jeito concreto.

Restringindo-nos ao exemplo da classe dos mamíferos, entre a que está a espécie humana, achamos multidão de casos em que a sexualidade é muito mais do que aquilo que rodeia à reprodução. As práticas de masturbação e auto-estimulação erótica ou a homossexualidade, são comuns a um amplo leque de espécies animais, pelo que a consideração de tal ou qual actividade como "natural" resulta muito discutível. De facto, olhando para a natureza parece que a única prática realmente anti-natural seria a castidade.

Sendo assim, caberia-nos perguntar o por que vivemos num mundo em que existem padrões de conduta sexual que são considerados socialmente aceitáveis e outros que não.

Começemos por questionar a afirmação da universalidade dos valores morais sobre a sexualidade em que se nos educou. Estes valores, como todos aqueles que configuram o aparelho ideológico que justifica o modelo social em que vivemos, são de natureza histórica. Quer dizer, não são conceitos atemporais e universais, senão que tiveram origem num momento e lugar determinados e estão sujeitos a modificações.

Entrando no concreto, devemos partir da origem do primeiro sistema de opressão pelo que uma parte da humanidade ficou submetida e explorada pela outra. Este sistema de exploração foi o patriarcado, e baseou-se precisamente na repressão da sexualidade das mulheres que passou a ser controlada pelos homens. Os homens fizeram das mulheres a sua propriedade, e para poder controlar essa propriedade tiveram que restringir a liberdade sexual das mulheres.

Este patriarcado inicial foi superado por sistemas de exploração posteriores mas não desapareceu. De facto, combinou-se com os sistemas que o sucederam dando lugar a formas concretas de patriarcalismo acaídas às necessidades determinadas pela evolução dos modos de produção.

Pensemos por exemplo na sociedade patriarcal da Atenas clássica e na sociedade galega do século XIX; ambas são sociedades de tipo patriarcal em que a sexualidade feminina estava fortemente reprimida. Porém, na primeira aceitava-se como prática perfeitamente moral a pedofilia, que de facto constituía em si mesmo uma instituição, enquanto que na Galiza do XIX, como em todas as sociedades onde impera a moral católica, qualquer prática homossexual, e muito mais se se estabelecia entre adultos e adolescentes, considerava-se uma das maiores aberrações sexuais concebíveis. Ou tomemos em consideração a existência de sociedades em que a poligamia é norma (concebida praticamente sempre como a posse de várias esposas por um único homem), frente a outras, como a nossa, em que é considerada ilegal.

Pelo geral, a maior parte das sociedades do mundo restringem a sexualidade feminina enquanto em todas elas acabou por se impor o patriarcado. Ora bem, o grau de imposição varia em relação à resistência que esta instituição social topou. Do mesmo jeito a consideração de esta ou outra prática sexual como acorde à moral varia em relação às necessidades imposta pelo modelo de dominação existentes nas diferentes sociedades, e assim ao longo da história e da superfície do globo achamos diferenças de calibre sobre o que se aceita como sexualidade correcta ou aberrante.

Assim frente à sexualidade entendida no seu conceito puramente biológico como mecanismo auxiliar da reprodução, e às sexualidades entendidas como as visões parti-

culares de cada indivíduo de como desfrutar do prazer associado ao sexo; surge umha outra noção da sexualidade, assimilável ao conceito moral sexual, que fai parte da esfera ideológica enquanto podemos defini-la como o conjunto de crenças e valores associados às práticas sexuais próprios dumha sociedade determinada.

Entrando já no que nos é imediato, devemos parar a analisar como é e de onde provém a moral, ou morais sexuais aceites como "normais" na Galiza do presente.

A galega é umha sociedade radicada no espaço sudocidental europeu, assimilável no geral às sociedades do seu entorno imediato no que a moral sexual se refere. O que se traduz na hegemonia ideológica da concepção cristã da sexualidade sob a vigilância da igreja católica apostólica e romana.

A igreja católica assumiu desde há séculos, quando menos desde os tempos do imperador Constantino, por volta do século IV da nossa era, o papel de justificadora e legitimadora do poder político. Mantendo até nom há muito tempo o status legal de religiom oficial e agindo como guarda e propagandista da ideologia dominante. Ainda hoje, embora tenha perdido parte dos seus privilégios, a igreja católica continua no seu papel de defensora das essências mais reaccionárias da ideologia dominante.

A igreja católica doou-nos umha moral sexual altamente repressiva, acorde aos modelos de exploração e dominação a quem esta instituição ideológica acompanhou e legitimou. A doutrina sexual do catolicismo caracteriza-se por cingir a sexualidade ao mero acompanhamento da actividade reprodutiva, considerando toda actividade sexual fora do matrimónio como pecaminosa. Assim nem a masturbação, nem a homossexualidade e bissexualidade, nem a prática heterossexual fora da relação matrimonial, por destacar algumas das práticas sexuais mais comuns, som consideradas correctas para a moral católica.

Por tomar umha referência histórica do papel jogado pola Igreja na sociedade galega, sabemos como na Idade Média impujo, da mão da chamada reforma gregoriana, um reforço da submissão patriarcal das mulheres ao estabelecer, com a sacralização do contrato matrimonial, a completa dominação do homem sobre a esposa onde antes havia umha relação contratual entre iguais. Assim, dentro do processo de assentamento do modelo social feudal incluía-se umha determinada ideia de qual era a forma correcta de uniom conjugal, precisamente aquela que relegava as mulheres a umha inferioridade ainda mais manifesta que em épocas anteriores.

Ora bem, reparemos em que mesmo dentro dessa moral ultra-repressiva existe umha certa gradação, e em que o que é altamente pernicioso para alguns/as nom o é tanto para outr@s.

Interessa-nos sublinhar que a suposta universalidade dos valores morais que acompanham a concepção sexual imperante na nossa realidade, nom é falsa só pola evidente disparidade que existe ao longo da história nem nas diversas latitudes do mundo sobre o que é ou nom é aceitável como prática sexual, senom que existem diferentes concepções do correcto a respeito de a quem se lhe aplicar num tempo e espaço determinado.

Assim, tomemos por exemplo o conceito adultério. Esta palavra designa a prática do sexo fora do matrimónio por parte de pessoas que temhem assinado dito contrato. O adultério é um pecado para a religiom católica, e na nossa sociedade continua a manter a consideração dumha prática moralmente reprovável. Mas nom é menos certo que durante séculos o adultério praticado polos homens considerou-se umha falta leve,

tolerada e mesmo aplaudida, sobretudo quanto mais acima da escada social se situava o homem que precisava desfogar-se sexualmente fora da relação conjugal, e de facto, a prostituição como instituição existe como garantia da capacidade dos homens de "jogar" fora do matrimónio. Pelo contrário, a saída da mulher fora do matrimónio para praticar sexo continua a se considerar como altamente perniciosa, sintoma dumha desviação moral e merecedora da reprovação pública.

Nom é um acaso que alguns dos piores insultos que se podem lançar contra outra pessoa na nossa sociedade sejam "puta" ou "filh@ da puta". A prostituta, como mulher que pratica sexo com multidom de homens, personifica em si mesmo todo o que a umha "mulher de bem" lhe é proibido; o qualificativo de "puta" destina-se nom só às mulheres que vendem serviços sexuais, senom também, num sentido mais amplo, a todas aquelas que vivam a sua sexualidade para além dos estreitos limites da relação conjugal, e por extensom converte-se em qualificativo pejorativo para todo o que se considera mau.

Aliás, a dupla moral vai para além da aberta tolerância que o conjunto dos homens recebem polo seu comportamento sexual fora do matrimónio, já que também é notória a diferença com a que se vive a sexualidade entre as camadas mais altas da sociedade e as classes trabalhadoras. Assim, o discurso moralizante da Igreja sempre foi dirigido com especial rigor aos sectores sociais mais explorados, onde o sistema de dominação precisa dum rígado adoutrinamento que contribua a manter a pax social.

Em aberto contraste com estes discursos e a coerção exercida às camadas populares, a história mostra-nos como entre as camadas dirigentes, mesmo no seio da própria hierarquia da Igreja católica, a sexualidade é vivida de acordo a critérios muito longe dos preceitos morais predicados. Umha breve revisom à literatura erótica do XVIII ou, por nom ir tam longe, umha simples vista de olhos à chamada "imprensa rosa" revelanos como já de muito antigo até hoje mesmo, entre os sectores dirigentes da sociedade é comum um liberalismo em matéria sexual que mesmo nom se fai muito esforço em ocultar .

Por pôr um exemplo bem gráfico comparemos a virulência com a que a igreja católica ataca a todas aquelas medidas políticas que vam em contra da sua concepção da moral sexual (divórcio, aborto, emprego de anticonceptivos, homossexualidade, etc...), e como reagiu ante a recente posta a luz pública de multidom de abusos sexuais a menores por parte de religiosos.

Em termos gerais, poderíamos resumir a questom em que frente à teórica universalidade e atemporalidade dos valores ideológicos defendidos polos sistemas religiosos, como o cristao católico, a realidade demonstra umha flexibilidade manifesta acorde às necessidades adaptativas do próprio sistema social que umha ideologia concreta tem como objectivo perpetuar. A moral nom é a mesma em todo tempo, nem em todo lugar, nem para todas as pessoas.

2.- UMHA NOVA MORAL SEXUAL?

Mas poderia parecer que a dominação social da concepção da moral sexual católica está em franco retrocesso no nosso entornom. Precisamente, a dura reacção da igreja contra toda umha série de leis que reflectem umha mudança social de hábitos sexuais poderia fazer-nos pensar que, embora haja umha dura reacção por parte da ala mais dura da ideologia dominante, estão-se a produzir avanços no caminho da conquista de maiores liberdades sexuais.

Esta visom, a de considerar que se estám a consolidar avanços no caminho dumha concepçom da sexualidade mais livre na nossa sociedade, pode e de facto peca de ingenuidade. Reparemos, por pôr um exemplo amplamente conhecido, no modo em que evoluiu nos últimos anos o movimento de libertaçom homossexual.

Aparentemente as reivindicaçoms d@s homossexuais tivérom um notável sucesso no Estado espanhol com a aprovaçom da legislaçom que permite equiparar os casais integrados por pessoas do mesmo sexo ao matrimónio tradicional. Mas cabe perguntar-se se tal sucesso nom reflecte mais do que umha integraçom dentro da lógica do sistema, isto é, se com a consecuçom da legalidade do matrimónio homossexual realmente nom se estám a tombar as muralhas da repressom sexual, senom a erguer umha novas.

De facto todas as mudanças que estamos a viver na evoluçom do modelo de sexualidade vigorante na nossa sociedade levam-nos a acreditar em que se estám a dar transformaçoms que, longe de desenharem umha sexualidade mais livre, dirigem-se a conformar um novo modelo acaído a novas necessidades.

Reparemos na evidente presença do reclamo sexual na comercializaçom de qualquer produto, na mesma comercializaçom do sexo que abarca desde a pornografia até a prostituiçom, e como nesse fomento do sexual, em aspectos da vida no que até nom há muito tempo se considerava um tabu, se desenvolve de jeito parelho a um reforço da violência e agressividade sexual machista.

Nom é um acaso que o aumento da violência machista mais evidente contra as mulheres tenha o seu acompanhamento na promoçom dumha sexualidade violenta, disponível para o consumo de massas, dirigida ao público masculino.

Por trás da aparente "liberalizaçom" das condutas sexuais nas sociedades ocidentais do nosso tempo agacha-se mais umha vez a realidade dumha sexualidade reprimida e dirigida para ajudar o asseguramento do sistema social próprio da actual fase do modo de produçom capitalista.

A construçom desse novo modelo de sexualidade passa por integrar determinadas práticas até há bem pouco proibidas, mas acompanhando-as de limitaçoms que as tornem inócuas para o conjunto do sistema. Assim, a homossexualidade é tolerada, e mesmo aplaudida, quando se mantém guetificada e adopta os modos do heterossexismo mais convencional. Do mesmo jeito, as mulheres, ou algumas mulheres, podem adoptar atitudes sexuais de modo activo sempre e quando imitem o comportamento próprio do machismo, isto é aceitando a cousificaçom do outro na relaçom sexual e a sua própria cousificaçom.

A nova sexualidade emergente resposta precisamente às demandas do capitalismo, que fam passar pola esfera da comercializaçom praticamente todos os elementos da realidade social que nos rodeia. Assim, já nom é só que se comerce com o sexo nos termos da prostituiçom ou a pornografia, senom que se promove que as próprias pessoas implicadas em qualquer relaçom sexual ajam do modo em que eles/as mesm@s som um objecto de comercio que se tem que adaptar às exigências do mercado.

Reparemos em como os aparelhos de propaganda do sistema esforçam em transmitir umha ideia de como deve ser o objecto de desejo sexual, o outro que devemos desear e o que nós mesm@s devemos ser para gozarmos da sexualidade. Esbelteza, musculaçom, tetas grandes, ereççoms a qualquer momento, depilaçom, etc... som as condiçoms para se converter em objecto de desejo para o outro. Se nom as possuirmos devemo-nos frustrar, mas a frustraçom pode-se superar já que todas essas condiçoms

podem-se comprar.

A emergência desta sexualidade própria da actual fase do capitalismo nom está isenta de contradicções. Já mencionamos a onda de reacção que na nossa realidade dirige a Igreja católica contra as leis que legalizam o matrimónio homossexual, o aborto ou o divórcio. Mas devemos aprofundar na análise dessas contradicções para compreendermos que este conflito representa as mais das vezes umha pugna dentro do próprio sistema de dominação, que umha luta entre a repressom e a autêntica liberdade sexual.

De facto, no campo da moral sexual está-se a viver um conflito semelhante ao que se dá noutras esferas da sociedade própria do capitalismo em crise. Umha luta entre as tendências que defendem a flexibilização do sistema para se adaptarem às novas realidades que trazem as contradicções abertas pola sua própria evolução, e as que defendem o reforço dos aspectos mais duros para evitarem mudança algumha que poda liquidá-lo.

Da óptica dumha perspectiva autenticamente emancipadora deve-se guardar desconfiança frente a ambas as tendências. É evidente que há que combater as tendências reacçãoárias que pretendem restringir a sexualidade aos estreitos limites marcados polas encíclicas vaticanas, mas também há que combater aquelas teses que pretendem fazer passar por liberdade sexual aquilo que nom é mais que um outro modelo de moral sexual repressiva.

3.- JUVENTUDE E SEXUALIDADES

Um ponto de especial atenção requiere a análise de como se entende a relação entre o sexo e a juventude na nossa sociedade. Como já afirmamos com anterioridade, a moral sexual nom é um conceito imutável no tempo nem no espaço, polo que temos que ter em conta que o que é válido para a nossa realidade nom pode ser transplantado a outras dum jeito automático.

Do ponto de vista biológico a ligação entre sexualidade e idade é evidente enquanto a madureza sexual é um período que delimita tam só um estágio da vida humana. Fora dela ficam a infância, antes de acadar a plena capacidade reprodutiva, e a velhice, umha vez perdida essa capacidade. Este condicionamento biológico obriga a que ao longo da vida as pessoas mudemos a nossa vivência da sexualidade, mas em caso nengum supom que deixe de existir desejo ou prática sexual.

Os preconceitos impostos pola moral católica, que teoricamente circunscreve a sexualidade ao acompanhamento do acto reprodutivo, exercem umha pernicioso influência na nossa sociedade ao tentar banir qualquer vivência da sexualidade fora da etapa adulta.

A definição do sexual como algo sujo, escuro e pecaminoso, é imposto desde as mais temperás idades. Mantém-se como um tabu mesmo naqueles contextos onde supostamente a influência religiosa está superada, mostrando a força do condicionamento ideológico exercido nas etapas de formação da personalidade.

@s nen@s e @s jovens somos educad@s maioritariamente de costas à sexualidade, inserindo na nossa consciência a ideia de que o sexo é umha realidade cheia de proibições e segredos. De facto, a aprendizagem sexual da maioria de nós respoustou a umha praxe praticamente clandestina, feita às costas da autoridade adulta e condicionada pola ignorância e os mitos; para além de algumas escassas, descontextualizadas

e assépticas noções científicas que se nos pudérom transmitir nisso que chamamos educação sexual no actual sistema educativo.

As noções mais básicas da aprendizagem, e aquelas que configuram o elemento mais profundo do nosso ser consciente, são as aprendidas na nossa infância. Assim, aos pais que se reprimem a auto-exploração e a exploração mútua do corpo e do prazer físico, aos que se condicionam para uma prática heterossexual e aos que se lhes impõem uma artificial ideia do pudor, ficarão praticamente alheios para poderem gozar com plena liberdade da sua sexualidade num futuro. Se, aliás, como de facto acontece, estas ideias aprendidas na infância se reforçarem ao longo da vida com ideias que apontam na mesma direcção, e vão canalizando a orientação da sexualidade num sentido determinado, teremos que concluir que se faz muito difícil conseguir sair do caminho traçado.

Porém, se a exploração e a dominação nunca foi aturada com uma submissão absoluta em sociedade conhecida alguma, tampouco a repressão concreta das sexualidades teve melhor sucesso. Daí que em todas as sociedades onde existiu uma moral sexual determinada houve quem se saísse na norma e que, com diferente fortuna, viveu a sua sexualidade fora do estabelecido. De não ser assim não existiriam a imensa multidão de leis e normas atingentes a questões relacionadas com a sexualidade, já que se não houvesse delito se faria desnecessária lei alguma.

A construção de uma sociedade de pessoas livres exige, entre muitas outras condições, uma vivência da sexualidade entendida também do jeito mais livre possível. Condição que na Galiza da actualidade está muito longe de se cumprir. Hoje nós somos herdeiros de séculos de imposição de uma aberrante moral que reprime a nossa vivência da sexualidade até extremos realmente terríficos.

4. FACE À EMANCIPAÇÃO SEXUAL

O projecto revolucionário defendido por BRIGA, e o conjunto de entidades do MLNG, tenciona contribuir desde a Galiza para a edificação de um modelo de sociedade superior de qualquer opressão e desigualdade em todo o globo. Um ambicioso objectivo que historicamente recebeu o nome de comunismo.

A pesar do que se pode dizer desde posições que difundem simplificações estúpidas e reducionistas, o projecto emancipador comunista vai muito para além dum simples programa de justiça social distributiva. Muito pelo contrário, o projecto comunista ao atacar à chave que permite a existência de sistemas sociais onde a maioria dos seres humanos sejam explorados por uma minoria (isto é a posse privada dos meios de produção) tem como intenção abrir o caminho da plena emancipação humana. Trata-se pois não apenas de dar cabo da exploração do trabalho pelo capital, senão de esmagar toda a pegada de repressão que impida atingir a total liberdade. Nessa tesitura é onde há que enquadrar a focagem que desde BRIGA devemos manter respeito às lutas sexuais.

Desta óptica, nós jovens revolucionários entendemos que as nossas vivências da sexualidade e as do conjunto da juventude galega, submetidas como estão às pressões exercidas pelos aparelhos ideológicos do sistema (educação, Igreja, mass-média,...), são em condições que distam muito de poder ser consideradas satisfatórias.

Aliás, do mesmo jeito que as demais potencialidades e capacidades que definem as pessoas, tais como a criatividade ou a afectividade, também a nossa liberdade sexual se vê atacada pelas condições objectivas de existência que o capitalismo impõe sobre

nós. Numha vida condicionada polo trabalho assalariado, exercido em multidom de ocasiões e condições de precariedade e sobre-exploração, reduzem-se ao mínimo as capacidades de gozar dos mais diversos prazeres que necessita para a sua felicidade e pode desejar o ser humano, incluído o gozo sexual.

De facto, o sistema capitalista ao igual que oferta como alternativa de ócio maciço a sobre-saturação de emoções artificiais nos fins-de-semana, dispostas para a sua compra por parte dumha juventude que precisa da evasom da sua miséria diária a qualquer preço; também oferta umha actividade sexual de baixa qualidade, comercializada e abertamente machista para o consumo da juventude.

Um projecto que se diz emancipador deve tomar em consideração todas estas questões e fazer das luitas sexuais um outro espaço de combate contra a exploração e a opressom da humanidade.

A focagem correcta da questão passa por saber avaliar a natureza histórica das morais sexuais, e a sua relação com os sistemas ideológicos de legitimação do status quo. Partindo de aqui um projecto autenticamente revolucionário deve concluir que nom há prática sexual que se poda considerar pernicioso ou aberrante enquanto o seu exercício nom colida com a liberdade de quem a praticar. O que nos obriga a fazer umha revisão de quase a absoluta totalidade das ideias sobre o que é correcto ou nom respeito ao sexo, que nos fôrom inculcadas.

Reparemos que se considerarmos que forçar alguém a manter relações sexuais, seja exercido bem a través da violência explícita ou bem por meios mais subtis, é condenável, devemos concluir que nom só a violação deve ser considerada umha prática sexual "amoral", senom também a prostituição (da posição de quem paga) ou o matrimónio. Sendo polo demais perfeitamente respeitáveis todas aquelas outras práticas que se baseiem no mútuo consentimento e na livre aceitação.

Estas considerações obrigam-nos a manter umha posição de radical oposição à ofensiva oscurantista e ultra-repressiva que a Igreja católica está a levar avante na actualidade, mas também a manter umha distância crítica a respeito de determinadas tendências que se estão a manifestar no seio dalguns movimentos que reivindicam direitos ligados às práticas e opções sexuais.

Nomeadamente devemo-nos referir à deriva sofrida no grosso dos movimentos LGBT obcecados na simples equiparação de direitos dos casais homossexuais com os heterossexuais, esquecendo ou obviando a raiz do problema que se acha na imposição do modelo familiar patriarcal-burguês. O exemplo do movimento LGBT no Estado espanhol, e noutras áreas do centro do sistema, reflecte a capacidade de neutralização das reivindicações parciais. Hoje, confiados na derrota dos sectores mais reaccionários do núcleo duro da ideologia sistémica, os sectores mais moderados e aparentemente maioritários dos movimentos LGBT confiam no seu sucesso com a teórica homologação de direitos e os micro-espacos de "normalidade" atingidos para a sua opção sexual.

Mas de certo, o que realmente se passou é que o sistema conseguiu neutralizar o ataque que estes movimentos dirigiam contra o sistema de repressom sexual mediante umhas mínimas concessões, que nom vam para além de institucionalizar guetos e reconhecer direitos sempre e quando se passe polo aro da legalidade burguesa. Ao tempo, o básico das estruturas ideológicas da sexualidade dominante ficam incólumes.

Para além disto, também deve merecer umha especial visão crítica a correcta focagem sobre determinados aspectos do que socialmente se concebe como "liberdade

sexual”.

A defesa da liberdade do exercício de qualquer prática sexual que nom suponha opressom, forçamento ou exploração das pessoas nelas implicadas, obrigam-nos a manter umha atitude de radical oposiçom ao negócio da prostituçom e em geral a toda prática da actualmente conhecida como indústria do sexo.

Esta postura deve ser explicada e bem entendida neste tempo de ampla difusom do comércio sexual no seu sentido mais amplo, e tendo em conta a existência dum debate público sobre o possível equiparamento da prostituçom ao nível de qualquer actividade comercial legal.

No referente a prostituçom deve-se avaliar na sua justa medida a realidade desse negócio na nossa sociedade. Temos que ter em conta o papel histórico da prostituçom, como elemento chave da supremacia masculina numha concepçom do sexo que entende o macho como único sujeito de necessidades sexuais e a prostituta como o degrau mais baixo da sociedade. Papel que ainda mantém o seu vigor. Aliás, devemos valorizar em que condiçons se exerce a prostituçom, em que a imensa maioria das mulheres que a praticam fam-no forçadas.

Evidentemente devemos manter umha radical aversom às ideias que fam da prostituta umha pária ou umha delinqüente, mas nom podemos cair na armadilha de considerar que a legalizaçom em si suporia umha melhora substancial já que os principais beneficiários nom seriam mais que os proxenetas.

É este um debate delicado, ao que resulta difícil dar umha resposta, mas no que quando menos um aspecto deve ficar claro, umha relaçom sexual em que umha das partes participa por pura necessidade material dista muito de entrar na ideia do sexo livre.

Mas a questom nom se cinge ao aspecto da prostituçom senom que toca também ao conjunto da indústria do sexo.

A comercializaçom do sexo vai para além da compra de serviços directos senom que também afecta a todo isso que se deu em chamar pornografia. Neste caso, mais umha vez, achar a correcta focagem da questom obriga-nos a fiar fino enquanto o problema nom é tam simples como puder parecer.

De facto, do ponto de vista do que deve ser a nossa “moral”, isto é da óptica da liberdade sexual, o facto de se excitar com imagens mais ou menos explícitas de espidos, ou que mostrem ou insinuem práticas sexuais nom tem em si nada de criticável.

O problema aparece entom na concreçom real disso que chamam pornografia sexual, entendida como negócio. Aí é onde surgem os aspectos que nos devem fazer adoptar umha posiçom de crítica. Temos que tomar em conta para isto a mensagem ideológica contida na absoluta maioria do material comercializado. Umha mensagem em que se incide na ideia da cousificaçom do objecto de desejo, assim como na promoçom dum modelo de sexualidade violento e sujo; valores muito afastados do que entendemos como umha prática saudável do sexo.

Os nossos objectivos no tocante as luitas sexuais passam pois por combater as nefastas repressons inculcadas a ferro e fogo na nossa educaçom, tanto aquelas provenientes do sistema ideológico tradicional como as que se vestem com as roupagens dumha falsa liberdade.

Trata-se de poder gozar da nossa sexualidade sem ter que nos adaptar a uns esquemas prefixados e desenhados em base aos interesses dos que nos exploram.

Segunda parte

Política do bipartido na sexualidade juvenil

1. INTRODUÇÃO

A intervenção juvenil da esquerda independentista galega tem enfermado historicamente de diferentes lacunas ideológicas que lastrarão a sua introdução e referencialidade social no seu agir político quotidiano. Umha das mais flagrantes destas ausências foi o tratamento da sexualidade e o processo vital de socialização, experimentação, relacionamento e autoconscienciação do próprio corpo ligado a ela, que no referido à juventude configura um campo fulcral para entender os mecanismos que o capitalismo e o patriarcado empregam para perpetuar o actual modelo de exploração social e económico. Com a excepção do feminismo nacional e de classe, a esquerda independentista tem desbotado ao longo da sua história um abordamento rigoroso e crítico na sua praxe política das conseqüências e benefícios tirados dumha sexualidade restringida, reprimida, imposta e mercantilizada.

Desde a sua constituição, BRIGA apostou claramente por um abordamento directo da sexualidade desde umha óptica marxista, deixando a um lado preconceitos, fobias e medos vários de encarar umha intervenção emancipatória de tabus e lastres de séculos de moralismo cristão-burguês.

Esta aposta mostrou continuidade em 2006, no nosso II Congresso Nacional, em cujos textos eram analisadas criticamente as mudanças introduzidas desde o bipartido autonómico à hora de mudar um panorama devastado polos 16 anos do fraguismo católico que afirmava que morreria sem usar um preservativo.

Naquela altura, de BRIGA fazíamos a leitura da actuação do governo PSOE-BNG como indiscutivelmente positiva em casos como a gratuidade da pílula do dia seguinte ou a abertura do centro *Quero-te* em Compostela; mas assinalávamos o carácter propagandístico dumhas medidas que em sim mesmas som positivas, mas que eram exploradas medicamente face a galeria para ocultar as enormes carências que a actuação do tandem Tourinho-Quintana tinha no referente à política sobre sexualidade, em concreto juvenil, de que o bipartido era responsável. Anunciávamos também, que a organização seguiria com atenção as iniciativas a este respeito da socialdemocracia autonómica, assim como o grau de cumprimento das promessas eleitorais que enchêrom a boca dos portavozes respetivos antes, durante, e depois das eleições de 2005.

Três anos depois, em 2008, as cousas continuam na mesma.

O governo autonómico, parlosteou até a saciedade sobre a grande importância destas medidas, para acto seguido fechar a porta a toda possibilidade dumha intervenção política estrutural em sexualidade. A posta em andamento do centro *Querote*, ou a gratuidade da pílula nom tivérom continuidade com nengumha estratégia que fosse além do eleitoralismo vazio. Seguimos sem contar com um planeamento global com

medidas preventivas baseadas na educação sexual em centros educativos, reperto gratuito e regular de contraceptivos todas as semanas em pontos de encontro da juventude (especialmente liceus), reperto maciço de propaganda formativa, palestras e obradoiros divulgativos sobre sexualidade nos projectos curriculares de centros, etc; assim como a difusão de medidas paliativas como a criação de centros especializados no tratamento do VIH e as DST, posta em andamento de serviços de interrupção da gravidez gratuitos, etc.

A seguir analisaremos a situação da sexualidade juvenil na Galiza a dia de hoje de diferentes pontos de vista, ao mesmo tempo que avaliamos a actuação, ou mais bem a inexistência da mesma, que a Junta tem tomado em consequência nos diferentes sectores.

2.- CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

2.1.- A educação sexual na Galiza de Tourinho e Quintana

Sem tencionar em nengum momento introduzir-nos num terreno que supera os objectivos deste dossier, fai-se imprescindível umha dissecção das causas e consequências da inexistência dumha educação sexual integral na Galiza, para realizarmos umha análise correcta da situação da sexualidade d@s moç@s galeg@s e ter a possibilidade de propor soluções reais a problemas reais.

Em primeiro lugar, é de fulcral importância nom confundir educação sexual com informação sexual. Umha nena de 10 anos pode ver num filme umha cena de sexo e está a receber informação sexual, mas nom está a ser educada sexualmente falando. A informação sexual pode constituir parte da educação sexual no caso de ser esvaziada de propaganda ideológica reaccionária, sexista e/ou homofóbica; mas engloba outros factores como o processo de aprendizagem, a formação correcta de profissionais, a sua presença transversal nos projectos curriculares e nas leis de educação, etc. Nengum destes requisitos se cumpre no caso galego.

As sucessivas leis espanholas que fôrom cozinhadas e aprovadas em Madrid nunca tivêrom a bem incluir nem tam sequer a imprescindível matéria de educação sexual, enquanto os sucessivos governos autonómicos, quer o conservadurismo e ultracatolicismo do PP ou a socialdemocracia do PSOE-BNG, esqueciam-se directamente na fase da adaptação curricular que dentro da raquítica margem de acção que oferece o regime autonómico permitiria a inclusom de novas matérias, ou o tratamento transversal do tema da sexualidade noutras.

Na Galiza de 2008 a formação em sexualidade nom responde a nengumha estratégia nem possui nengumha ordenação, concerto ou planeamento. O evidente *passotismo* institucional sobre o tema tem agravado umha situação que se apresenta de jeito especialmente desfavorável para a juventude, que se vê abocada à indefensom frente a problemas muito reais como som as altas quotas de gravidezes nom desejadas, o acrescamento de infectad@s de DST e especialmente de VIH ou a grande percentagem de jovens que continuam a manter relações sexuais sem preservativo.

Na actualidade, só umha ínfima parte d@s jovens galeg@s possuem umha formação mais ou menos sólida e científica em sexualidade, devida integramente a preocupação pessoal e auto-formação individual, ou a preocupação polo tema nas organizações em que militava. Algunhas organizações políticas e sociais entre as que se contam algunhas adscritas à esquerda independentista tenhem achegado denúncias parciais, mas a Administração pública, como é prática habitual, tem feito ouvidos surdos a

estas demandas sociais. Assim mesmo, existem iniciativas parabenizáveis de centros especializados em localidades concretas (caso do centro jovem de Alecrim em Vigo), em especial polo seu activismo e vocação de intervenção social, mas o seu rádio local e a sua incapacidade para implementar formação e prevenção a escala nacional impede-lhe abarcar as necessidades urgentes em sexualidade que a mocidade tem.

Deduzimos entom que a maioria da população juvenil galega recebe informação sexual, mas em nengum caso educação sexual ou formação em sexualidade. Isto provoca as seguintes conseqüências:

a) Formação sexual dependente dos média, cinema e Internet, das relações pessoais e da pornografia.

Se os conhecimentos sobre sexualidade que vamos a adquirir som informação sexual, estes vam a ter uns canais de difussom privilegiados, que som em primeiro lugar os meios de comunicação: programas de televisom, rádio, literatura, revistas e jornais. Em segundo posto, os filmes e material audiovisual e Internet. Como terceira fonte temos as conversas com pessoas achegadas, amigos e em menor medida familiares, e em último lugar a pornografia, que no caso dos homens como os consumidores maioritários bem poderia ocupar o primeiro posto em importância.

Se tivermos em conta que os meios de comunicação de massas e as indústrias do audiovisual som agentes de primeira ordem na reprodução a grande escala da ideologia da classe dominante, e que constituem um dos pilares para manter em pé *totems* sagrados como o modelo único de relação afectiva e sexual, a submissão da mulher ao homem, o machismo ou a violência simbólica. Podemos fazer-nos umha ideia da repercussom que pode ter permitir que um dos agentes socializadores do patriarcado se encarregue de (de)formar-nos em matéria de sexualidade. Por outra banda, confiar no conselho d@ amig@ ou d@ familiar leva-nos aos mesmos problemas, já que elas/es vam ter as mesmas carências formativas que nós própri@s.

Quanto à pornografia, estreitamente ligada a Internet pola possibilidade do anonimato à hora de consumir mas nom reduzida unicamente a esta, é um dos agentes de primeira ordem na formação sobre sexualidade dos jovens. Excepto produções externas aos circuitos habituais de mercantilização e comercialização do sexo, a imagem de sexualidade que se exporta na pornografia afortala o machismo, o falocentrismo nas relações sexuais e o submetimento da mulher, além de ter umha forte carga de violência simbólica e machista. De BRIGA nom defendemos focagens moralistas do tipo do centro *Querote*, que à hora de falar de pornografia pergunta-se dramaticamente "*onde está a comunicação e a expressom afectiva de sentimentos humanos?*" (*No sexo guiate ben n^o2*). O emprego de imagens, gravados ou esculturas, e mais adiante de material audio-visual como meio de desfrute sexual é totalmente legítimo. Outra cousa diferente é que nos dias de hoje a pornografia seja empregue maioritariamente como um instrumento para defender umha sexualidade muito determinada, ao serviço dos interesses do capitalismo e o patriarcado.

E que é o que se passa quando a informação da sexualidade nos vem destas quatro origens que acabamos de ver?

b) Acrescentamento d@s mort@s por VIH, gravidezes nom desejadas entre adolescentes e jovens, abortos e infectad@s por DST de todo o tipo.

c) Fortalecimento da repressom e culpabilidade sexuais, com acrescentamento de percepçoms negativas e atitudes censoras com a masturbaçom, as fantasias exploratórias,

as opções sexuais que nom sejam a “hetero”, etc.

d) Continuidade do machismo nas relações sexuais, facilitando a perpetuação de roles predeterminados em que o homem é sempre a parte activa e dominante, ficando a mulher obrigada a assumir o rol de passiva e dominada.

e) Proliferação das agressões sexuais, das violações e demais variedades da violência machista.

f) Sacralização dos roles de género ligados ao sexo, instaurando o rol masculino para os homens e o feminino para as mulheres, convertendo qualquer outra combinação possível num atentado “contra-natura”.

Desde logo nom há nada mais longe da nossa intenção que cair no tópic reformista de assinalar a origem da violência contra a mulher, ou o de qualquer outro problema, na falta de educação no seu sentido mais ambiguo. Nom queremos somar-nos ao carro de quem com grande ingenuidade ou hipocrisia assinala que “a boa educação” é a chave para solucionar todos os problemas da humanidade. De BRIGA somos mui conscientes de que a implementação dumha educação em sexualidade transversal e integral deve ir acompanhada dumha luta radical e conseqüente do feminismo e o movimento LGTB, de parâmetros revolucionários nacionais e de classe. Ao mesmo tempo, defendemos que essa inclusom da educação sexual em centros de ensino é mais um passo no caminho da vivência dumha sexualidade plena, desprovida dos lastres do machismo e o patriarcado.

2.2.- Assessoramento afectivo-sexual frente a sexualidade livre

A política autonómica em sexualidade juvenil enferma dumha das características essenciais do reformismo político. A inconcreção, a incongruência, a contradição e ambigüidade somadas a umha assunção crítica de preconceitos, estereótipos e falsas construções ideológicas que vam a marcar a sua intervenção desde o início.

Assim, se bem o tratamento teórico de temas como as DST ou os métodos anticoncepcionais oferece pouco que criticar, e ainda que determinadas questões fulcrais para um estudo rigoroso da sexualidade como som as diferenças entre género/sexo/sexualidade som assumidas; renuncia-se desde o princípio a qualquer tentativa de transformação da actual situação, já que ao evitar entrar nas causas dos problemas, empece-se definitivamente o seu possível solucionamento.

Desta falta de cientificidade no discurso oficial temos incontáveis exemplos no vozeiro institucional sobre a política juvenil da Junta, o *Infoxove*, mas nom só. A análise dos dípticos e propaganda, da informação da web de *Quero-te*, das diferentes guias sobre sexualidade editadas e dos artigos dos profissionais encarregados de efectivar a política sexual do bipartido constituem as fontes para conhecer a ideia de intervenção juvenil que tem a Junta, e em concreto a Direcção Geral de Juventude com Rubém Cela, do BNG, à cabeça.

As principais falhas que ao nosso entender existem som as seguintes:

a) Identificação entre afectividade e sexualidade

Umha das maiores incongruências na parcial, pobre e propagandística intervenção institucional em sexualidade juvenil refere-se à identificação inequívoca entre afectividade e sexualidade que impregna até a médoa a focagem que se fai a nível institucional do tema.

E é que estabelecer umha ligação dependente entre sexualidade e afectividade nom deixa de ser umha das armas que o capitalismo e o patriarcado empregam para justificar a existência de instituições como o matrimónio e a família, para sacralizar o modelo de relação sexual e/ou afectiva de casal heterossexual como único possível, normal e natural; ao mesmo tempo que constitui um entrave insidioso e eficaz para impedir a vivência dumha sexualidade sem restrições nem normas inapeláveis. Isto, no caso das mulheres é duplamente rendível para o capitalismo, já que a manutenção desta ligação sexo-afectiva em relação hermética com os homens fortalece e perpetua o sistema patriarco-burguês; além de constituir umha justificação ideológica da repressão sexual que sofrem especialmente as jovens.

E é precisamente neste erro em que se incorre umha vez sim e outra também na política autonómica sobre sexualidade, encontrando exemplos sobre isto praticamente em todas as publicações ao respeito. Desde a fundação do centro *Quero-te o Infoxove* acrescentou umha secção fixa escrita por responsáveis do mesmo com um título que nom precisa comentários: Vida afectivo-sexual. Em muitos destes artigos encontramos umha idealização do sexo como algo "formoso" e "romântico" (*Infoxove* nº 8 e 7), no guia *No sexo, guiate ben* afirma-se sem ambagens que "a sexualidade é umha manifestação da afectividade", o que vem sendo umha afirmação equiparável a ligar sexualidade com reprodução, ou o que é o mesmo, afirmar que a finalidade do sexo é ter filh@s. No mesmo guia trata-se o amor como um tema atingente à sexualidade, e seguindo esta linha teórica difusa, em que se confundem e igualam termos muito distintos, acaba afirmando-se que por regra as melhores experiências sexuais tenhem-se com a pessoa de que se está "namorad@". No *Infoxove* nº 14 situam a "educação afectiva" como um factor fulcral para desenvolver umha vida sexual prazenteira, à hora de tratar técnicas para elevar o prazer nos encontros sexuais empregam o termo "relações afectivo-sexuais" (*Infoxove* nº 15). No mesmo vozeiro autonómico, fala-se de que "a sexualidade em parêlha deveria tomar-se como um reflexo do desejo e os sentimentos" (*Infoxove* nº 6).

Em muitas ocasiões, o que deveria ser um instrumento formativo para a mocidade em matéria de sexualidade transforma-se num manual de filosofia barata sobre crescimento pessoal e aprendizagem de relacionamento social, chegado a publicar cabeçalhos como o seguinte "Se nom nos amarmos, será muito difícil aceitarmos o amor dos demais. Se nom nos reconhecemos com respeito e dignidade, dificilmente pediremos ser tratad@s como merecemos" (*Infoxove* nº 17).

No *Infoxove* nº 12, centrado nas definições de sexualidade, volta a incidir-se sobre o mesmo: "A sexualidade é um jeito de expressar afectividade".

De BRIGA somos conscientes de que umha relação sexual pode ter umha componente afectiva, e ao invê: Umha relação afectiva pode levar num momento dado a umha relação sexual. Nom som excludentes, mas nom estão ligadas de jeito interdependente, é dizer, podem perfectamente existir umha independentemente da outra, e o facto de negá-lo agacha e engorda os velhos mecanismos de dominação dum sexo sobre outro que chamamos patriarcado.

b) Definição errónea de orientação sexual

A análise a respeito desta questão nom cai na rigidez escolástica clássica de dividir as possibilidades em três únicas opções sexuais isoladas e para toda a vida (heterossexual, homossexual e bissexual), assinalando que o grau de atracção que sente umha pessoa face um e outro sexo pode ser variável ao longo da vida e nom necessariamente excludente. Contradizendo este aparentemente dialéctico abordamento, encontramos

que no *Infoxove* nº 7 a orientação sexual é definida, e citamos textualmente, como “forte atracção emocional, romântica, sexual e afectiva que umha pessoa sente pola outra”.

Esta definição é falsa, um construto ideológico que tenta assimilar dous campos que em princípio, nom temem nada a ver e dos que já falamos algo mais arriba: Afectividade e sexualidade.

Para começar, a maior parte dos seres humanos sentimos atracção afectiva por ambos os sexos. Excluindo misóginos e misántrop@s, nas relações pessoais tod@s experimentamos processos de atracção emocional face amig@s, familiares, companheir@s de escola, etc, sem que isso signifique que desejemos manter relações sexuais com eles/as; e estes processos nom temem variações substanciais em função do sexo. Isto nom empece que as relações de amizade mais profundas (as típicas melhores amizades) tendem a dar-se maioritariamente entre membros do mesmo sexo por exigências do sistema patriarcal e a imposição dum único modelo de relação, o que por pressom social dificulta o estabelecimento de este tipo de laços afectivos entre mulheres e homens.

Como exemplos, ninguém se estranharia de que duas amigas do mesmo sexo decidissem fazer umha viagem juntas, ou que saiam umha noite em mútua companhia. Diferente percepção social se cria quando esses mesmos factos os protagonizam um homem e umha mulher.

Nesta definição de orientação sexual que fam os profissionais contratados pola Junta também é de salientar o alto número de adjectivos pertencentes ao campo semántico dos sentimentos (emocional, romântica e afectiva) frente ao único pertencente ao âmbito do sexo (sexual). Isto evidência um erro de base gravíssimo à hora de tratar qualquer problema: Como é possível assessorar sobre sexualidade quando se confundem os termos mais básicos? Como vamos a abordar os problemas derivados da falta de educação sexual se @s própri@s profissionais encargados dessa educação continuam a confundir sexo e afectos? É possível solucionar os graves problemas sexuais que a juventude sofre se continuamos a reproduzir a ideologia patriarcal e cristiana que nos levou até esta situação? De BRIGA achamos que efectivamente nom é possível, e ainda no caso de que o governo socialdemocrata da CAG tivesse vontade real de solucionar a situação actual (que nom a tem), nunca atingiria sucesso polas graves deficiências em temas tam fundamentais como este.

c) Participação da violência simbólica na sua linha gráfica

A maioria das imagens empregadas na propaganda, artigos e informação na Internet publicadas pola secretaria de Rubém Cela responde a um tipo mui concreto de jovem: O mesmo esteoreotipo de juventude atractiva que se pode observar nos anúncios de Movistar ou Amena.

O BNG fai uso dum instrumento de *marketing* que tem sido denunciado em numerosas ocasiões polo feminismo de classe, é dizer, contribui à criação dum patrom de beleza inalcançável para a maioria d@s jovens, mas que pode empregar como reclamo publicitário.

O bipartido participa assim da violência simbólica, é dizer, da criação dum arquetipo de beleza ao que tod@s @s jovens deveriam parecer-se. A impossibilidade real de atingir esse modelo cria frustração, desprezo e rechaço contra o próprio corpo, ao mesmo tempo que engorda os capitais da indústria de ginásios, cosmética e clínicas privadas de adelgazamento que se beneficiam de que centos de miles de jovens odeiem o seu

físico.

Por outra banda, nom esquezamos que esta pressom social é a causante de patologias psicológicas cada vez mais comuns como a anorexia, a bulímia ou a vigorexia.

Mais umha vez a prática e a teoria tomam sendeiros diferentes, já que na segunda guia sobre sexo editada polo centro fala-se explicitamente do patrom criado da imagem da mulher, mas esta reflexom nom parece que cualhara na focagem prática.

Também encontramos outras expressons do machismo noutras imagens, como é o caso do folheto sobre os preservativos masculinos e femininos de Lugo. Junto à explicaçom do preservativo para homens aparece um gráfico no que se mostra como extendê-lo sobre o pénis, enquanto no caso do feminino nom há debujo nengum da vagina. Este caso atingiria mais ao falocentrismo, o qual é tratado mais adiante.

d) Concepçom única do modelo de relaçom

Em diferentes temáticas tratadas encontramos umha ideia transversal a todas elas, a do modelo de casal como o único possível, e a questom tencionadamente evitada da fidelidade. Volta a repetir-se o mesmo esquema de pontos anteriores: posicionamentos aparentemente avançados, que agocham no fundo tratamentos continuístas.

Em artigos de Vida afectivo-sexual como o dedicado aos anticonceptivos (*Infoxove* nº 13), fai-se umha divisom claríssima entre relaçom estável e relaçom esporádica. Mas a condiçom sine qua non é a existência de duas pessoas, que podem ter um relacionamento do primeiro tipo (entende-se de seguirmos o receituário autonómico que revestido de maior afectividade) ou do segundo.

Continuando com o modelo afectivo-sexual que defende a Junta, o BNG aprofunda no tratamento acomodaticio da sexualidade, fechando a porta a toda possibilidade que se escape das relaçons sexuais com a parelha “estável” ou os engates dumha noite (por suposto, mutuamente excluintes).

De BRIGA achamos que as formas que se podem tomar as relaçons som múltiplas e variadas, e nem as relaçons sexuais temem por que dar-se unicamente entre duas pessoas, nem as relaçons de casal com conteúdo sexual e afectivo temem de impossibilitar o viver experiências sexuais com quem se quiger, e tantas vezes como se desejar. É que umha relaçom sexual e afectiva é menos “estável” ao deitarem-se ambos os dous membros com outras pessoas alheias à relaçom? Desde logo, isso é o que se nos tentou fazer crer desde os púlpitos das Igrejas nos últimos centos de anos. É entom que só é possível sentir atracçom sexual por umha pessoa ao mesmo tempo? Quem tal afirme, está a defender, saiba-o ou nom, um novo modelo de matrimónio que reproduz fora do âmbito religioso muitas das cadeias que o catolicismo impom à sexualidade livre. E ainda podemos dar mais um passo: Nom é possível ter várias relaçons nom só sexuais, mas também afectivas, ao mesmo tempo? Possivelmente a alienaçom e a herdança ideológica de séculos de capitalismo e milénios de patriarcado dificultem enormemente a possibilidade, mas em sim mesma, nom tem nada de impossível, e muito menos de censurável.

A fidelidade entendida como constrictçom sexual obrigatória (sempre muito mais férrea para as mulheres que para os homens), e o modelo único de relaçom nom som mais do que um muro a derrubar, nom um pilar sobre o que edificar como pretende o BNG.

e) Ocultamento das causas dos problemas sobre os que se quer incidir

Chegamos finalmente ao cerne e muitas vezes a explicaçom de muitos dos pontos

anteriores: o tratamento da sexualidade do bipartido, e em concreto do BNG, que é quem leva a responsabilidade a estes efeitos no sector juvenil, caracteriza-se por umha focagem profundamente reformista, que renúncia desde o início à transformaçom e ao ataque às causas dos maiores problemas que temos @s jovens em sexualidade: Inexistência de educaçom sexual, disponibilidade de meios anticonceptivos gratuitos, possibilidade de aborto legal e gratuito, direito a viver livremente a homo ou bissexualidade sem violênci explícita ou simbólica contra nós, etc.

O Bloco foge do confronto que provocaria identificar a causantes e beneficiários do desvalimento ao que nos vemos condenad@s, desde o grande capital farmacéutico até a Igreja católica, passando polas clínicas médicas privadas que possuem quase a totalidade da patente de curso para os abortos, assim como as empresas de assessoramento e cirurgia estética; e um longuíssimo etcétera que constitui o reduzido clube de amigos que tiram rendimento económico directo do nosso abandono em matéria sexual.

Incluso no seu discurso, o BNG e os profesionáís postos à frente da questom colaboram activamente do pacto tácito que existe à roda dos tabús sexuais e os seus causantes, o pacto de nom tirar da manta para que nom se veja o que há por trás. Na maioria dos casos nos que se trata o tema, achaca-se a existênci do que dam em chamar "mitos sexuais" a motivos de falsa moral (*Infoxove* nº 6). É dizer, que mentiras criadas e dirigidas face a demonizaçom do sexo, da mulher ou d@s homossexuais parecem de súpeto produzir-se no vazio por geraçom espontânea, como se nom tivessem criadores nem beneficiários, como se nom existisse umha minoria que tira milionários rendimentos de séculos de medo, repressom sexual e desconhecimento planificado.

Esta tendênci ao politicamente correcto é especialmente grave no referente ao tratamento do machismo e a violênci contra as mulheres, evitando por activa e por passiva a denúncia directa do terrorismo machista, chegando a publicar a pérola seguinte: "Casa pessoa é dona do seu corpo, se tu empregas enganos, ameaças ou a força para intimar com ela nunca obterás toda a satisfaçom que poderia dar-che se fosse em igualdade de condiçoms" (*No sexo guiate ben* nº 2). Neste extracto claramente dirigido aos terroristas machistas, emprega-se o argumento da obtençom dum prazer menor para evitar as violaçoms, usando eufemismos como "intimar" para referir-se a obrigar a umha mulher a manter relaçoms sexuais contra a sua vontade. Esta é a soluçom d@s profesionáís da Junta para evitar os assassinatos e agressõms a mulheres, a mesma que dava o governo autonómico do PP durante 16 anos de assassinatos ininterrompidos, isto é, nengumha.

2.3.- A sexualidade juvenil na Galiza de 2008

Mais arriba temos visto as conseqüências mais sangrantes produzidas pola inexistência dumha educaçom sexual integral e planejada, à que o governo autonómico renúncia de partida por interesses político-ideológicos, económicos e de classe. Vimos também que 99.9 % d@s jovens galeg@s recebem em troca informaçom sexual, mas nom de qualquer tipo, aquila empapada de conteúdo machista, sexista, homo e transfóbico que permita à burguesia seguir a beneficiar-se da rendabilidade que lhe proporciona a violênci contra as mulheres, homossexuais e transexuais; assim como do ganho derivado da imposiçom dumha sexualidade pré-desenhada e mercantilizada para o consumo de massas, sempre que cumpra as regras sacro-santas da relaçom heterosexual única e do submetimento sexual da mulher ao homem.

A seguir analisamos alguns dados tramitados por esse órgao espanhol criador de opinions e realidades fictícias chamado INE. Como já temos assinalado noutros documen-

tos, as estatísticas burguesas (e neste caso pertencentes ao estado que nos oprime) devem ser citadas com precaução, mas sempre tendo em conta a máxima de que o capitalismo oculta as misérias que cria a través de diversos meios, pelo que toda estatística que mostre as consequências negativas do sistema agocha na maioria dos casos umha realidade ainda pior. No caso da sexualidade encontramos mais um outro factor, a autocensura produto da repressão sexual. Isto quer dizer que poucos adultos falam abertamente e com sinceridade sobre sexualidade, e no caso dos adolescentes esta repressão é ainda mais forte. É por isso que as respostas recolhidas em diferentes estatísticas publicadas tenderão sempre a cumprir o politicamente correcto, o engrossar o modelo permitido e instaurado como válido desde arriba. Finalmente também somos conscientes de que a por norma geral estas estatísticas mostram a situação sem fazer considerações de idade, se bem seguem a ser perfeitamente válidas para marcar as tendências gerais.

Ao mesmo tempo que cotejamos estes dados, tentaremos definir alguns dos rasgos mais característicos da sexualidade dos jovens galegos. Incluímos alguns traços de que já se falou noutras alíneas, mas que devem ser citados aqui,

a) Machismo e repressão sexual estruturais

A auto-censura é a régua, como alguns dados podem testemunhar. Quatro de cada dez pessoas não são capazes de partilhar as suas fantasias sexuais com a parceira "estável" por vergonha, possuindo a Galiza umha média inferior à estatal no número de pessoas que sequer reconhecem ter fantasias sexuais.

É de importância saber que ainda que suframos umha repressão sexual generalizada, esta é exercida dum jeito muito mais violento, férreo e implacável contra os jovens. Exemplos achamo-los na atitude face às relações sexuais e às suas diferenças em função do sexo. Metade da população de mulheres galegas tiveram um único casal sexual em toda a sua vida, enquanto o mesmo parâmetro no caso dos homens reduz-se a menos dumha quarta parte. Por outra banda, o número de homens que mantiveram relações sexuais com mais dumha parceira é o triple que no caso das mulheres. A quarta parte dos homens galegos têm mantido relações com parceiras "não estáveis" no último ano, baixando até umha décima parte no caso das mulheres. Quanto à idade média na que se mantém a primeira relação sexual é de 17 anos para os jovens galegos, e 18 para os jovens; reduzindo um ano a média estatal.

Estes dados debulham um panorama de muita maior actividade sexual dos homens, devida não a umha "natural predisposição do macho" como se tentou fazer crer, mas a umha repressão especializada contra as mulheres a sua livre vivência da sexualidade.

Práticas totalmente legítimas como o sexo oral, anal, as relações sexuais em grupo, a masturbação, etc. são carregadas também dumha percepção negativa, muito mais nefasta e machista se partem da iniciativa das mulheres.

Por outra banda, o 30% dos homens galegos de entre 18 e 49 anos têm-se deitado com prostitutas. A colaboração activa com o negócio do sexo, do qual umha grande parte das próprias prostitutas se vivem obrigadas a formarem parte, evidencia umha arraigada aceitação das "necessidades sexuais irrefrenáveis" dos homens, como se o impulso e desejo sexual das mulheres não fosse igual de forte, o qual está cientificamente demonstrado.

b) Falocentrismo e submissom da mulher ao desfrute do homem

A relaçom sexual está focada no prazer do homem, ficando o resto de consideraçoens anuladas, entre elas qualquer que tenha a ver com o prazer da mulher. Isto evidenciase em que o final da relaçom sexual rubrica-se com o orgasmo dumha das partes, a do homem, dando-se por finalizada embora a mulher nom se tenha satisfeito adequadamente.

Ao mesmo tempo, a penetraçom converte-se em estrada de obrigado trânsito, centralizando as possibilidades do sexo no pénis, esquecendo o resto de zonas erógenas do corpo. Este falocentrismo tem muitas mais ramificaçoens além das relaçoens sexuais, já que se considera umha imagem e um símbolo do poder machista do homem, da sua essência dominadora e patriarcal. Um homem deve demonstrar nas relaçoens sexuais a sua valia, o seu poder, o seu papel dominante, já que é o que deve fazer segundo essa sexualidade patriarcal dirigida e planejada. É por isso que a impotência e os problemas de erecçom som umha das maiores preocupaçoens dos homens a respeito da sua saúde. Mais de um terço dos galegos reconhece ter tido problemas de erecçom alguma vez (pontualmente, apressurárom-se a sublinhar), e uns 66% lhes preocupa que se repita. A raiz disto prolifera a ansiedade antecipatória, quer dizer, o temor a um novo encontro sexual. Ao mesmo tempo, a preocupaçom polo tamanho do pénis, especialmente durante a adolescência, revela umha consciência da validez própria ligada ao tamanho do falo, que repercute nom só nas relaçoens sexuais, mas também na auto-percepçom dos homens.

c) Violência machista, homofobia e transfobia

A associaçom antinatural de rol de género com sexo, a imposiçom dum único modelo de relaçom sexual e em definitiva a difussom acelerada da ideologia patriarcal som fertilizantes para que o ódio e a violência contra as mulheres e @s homossexuais sigam medrando e reproduzindo-se no seio da juventude. Nom nos estenderemos muito mais porque este tema é tratado mais adiante, só quiza um dado revelador, que bota por terra as declaraçoens de Zapatero, Tourinho e Quintana sobre a grande tolerância desta sociedade *plurinacional, progressista e democrática* que só existe nas suas mentes. A maioria dos agressores homo e transfóbicos som menores de 30 anos, ao mesmo tempo que o número de mulheres menores de 25 anos vítimas de agressõens ou mortas por violência machista nom deixa de acrescentar-se. Longe de colaborar com a campanha de criminalizaçom contra a juventude e assinalar às/aos jovens como únicos depositários da violência contra mulheres, homossexuais e transexuais, nom podemos desbotar o que é umha realidade, a assunçom da violência patriarcal por sectores da juventude, o qual deve ser denunciado, perseguido, e combatido activamente pol@s própri@s jovens.

d) Desconhecimento generalizado das DST e dos métodos anticoncepcionais

Se bem o END (Embaraço nom desejado) é umha das maiores preocupaçoens entre as mulheres adolescentes, existe um grandíssimo desconhecimento dos diferentes tipos de métodos anticoncepcionais existentes, dos seus modos de emprego, vantagens e deficiências; assim como das DST, os seus modos de transmissom e métodos de protecçom. Neste último caso existe umha percepçom do risco mui baixa, especialmente entre jovens que mantemem relaçoens sexuais habituais com a mesma pessoa. A responsabilidade institucional polas poucas e ineficientes medidas tomadas nesta frente está fora de toda dúvida.

e) Falsa indentificaçom entre sexo e afectos e concepçom única do modelo de relaçom

No ponto 2.2 tenhem-se analisado já estas características intrínsecas à actuaçom insuficiente do reformismo autonomista, se bem é importante assinalar o carácter de

retroalimentação que se produz entre uma situação criada pelo patriarcado e a gestão do PSOE-BNG que a reforça.

3.- REALIDADE E FICÇÃO NA GESTÃO AUTÓNOMICA DA POLÍTICA SEXUAL

3.1.- Promessas eleitorais, organizações juvenis e obediência partidista

Durante a campanha eleitoral para as autonómicas de 2005, Tourinho e Quintana prometeram uma série de avanços em matéria de sexualidade juvenil que na actualidade ou não se cumpriram, ou o fizeram ao jeito ambíguo, difuso e pouco efectivo do governo bipartido. Por outra banda, o próprio programa eleitoral do PSOE e do BNG ao respeito estava muito longe de tentar atacar as bases do problema, e renunciava de partida a solucioná-los, como a sua prática política assim o reafirmou.

Este desinteresse manifesto plasma-se nas prioridades laborais do PSOE-BNG, muito mais preocupado pelo acrescentamento dos efectivos policiais para o controlo juvenil e por reclamar competências autonómicas em matéria de repressão que em solucionar os problemas da juventude. Ambos partidos empregaram as suas organizações juvenis satélites para apresentar o seu programa juvenil na imprensa burguesa. Mas há diferenças que merecem atenção.

O PsdG-PSOE, seguindo os passos da instrumentalização eleitoralista que o *zapaterismo* madrileno fiço do matrimónio homossexual, reduziu a sua actuação a contadíssimos actos mediáticos organizados por Juventudes Socialistas, como o reparto de preservativos em Ourense ou as bodas de paripé entre três casais (dous homossexuais e um heterossexual) em Ponte Vedra. É muito fácil esclarecer a motivação partidista destes actos, ao terem lugar nestas duas cidades, a primeira governada por uma alcaldia do PP e a segunda do BNG. Desde logo, não há nenhuma análise de fundo dos problemas reais, e muitíssimo menos um questionamento das suas causas, como bem se pode deduzir das declarações do Secretário Geral das Juventudes Socialistas, que afirmava surpreender-se de que *"a estas alturas da história haja cada vez mais contágios, porque com os meios que há agora é incompreensível"*. Não se pode aguardar compreensão dum problema por parte dumha organização cúmplice do mesmo, e mais dumha organização testemunhal, que aparece esporadicamente para reforçar o discurso fácil, instrumentalizador e vazio de soluções da socialdemocracia espanhola, constituindo uma mera correia de transmissão do Ministério espanhol de Saúde e do INJUVE (Instituto da Juventude). Mas não será o único, como veremos.

O caso do BNG é bastante mais grave, pela responsabilidade directa que tem em matéria juvenil no governo autonómico, e pela estreita ligação nessa responsabilidade com a organização juvenil autonomista Galiza Nova. Esta última foi a encarregada da confecção do programa juvenil do Bloco, como se tem publicitado na campanha eleitoral de 2005, e responsável directa também da monumental inoperância teórica e prática que o BNG arrasta em matéria de sexualidade. Não por acaso é Rubém Cela o ex-secretário geral de Galiza Nova, agora peça chave da UPG na política autonómica juvenil. Mas de quem estamos a falar? Falamos dessa organização juvenil reformista que limitou a sua incidência social a espaços institucionais, que mudou a rua pelos actos e jantares institucionais e que agora lhe chama "campanha" de sexualidade (ou melhor dito de afectividade-sexualidade) ao reparto gratuito de preservativos e realização de palestras pela CAG adiante, permitindo-se ademais o pretencioso luxo de declarar que graças ao este trabalho se reduziriam os abortos juvenis.

As organizações juvenis satélites do PSOE e BNG instrumentalizam as necessidades

inapráveis da juventude para erosionar aos contendentes políticos dos partidos aos que devem incondicional obediência, sem outro objectivo que assegurar a chegada das subvenções das que vivem, conquistar parcelas de poder e atingir postos com salários fixos à costa do erário público enquanto viram as costas à cristalização dos problemas da juventude.

Simultaneamente ao incumprimento da maior parte do programa eleitoral, o BNG também aplica o eleitoralismo mais evidente no seu agir político, centrando a sua actuação em duas medidas que explora a nível mediático todo o que pode. Por umha banda o que hipocritamente chama "rede de assessoramento afectivo-sexual", e por outra a difusão gratuita da pílula do dia seguinte.

3.2.- A farsa da "rede" *Querote*: Centros afectivo-sexuais

Em 2006 Anjo Quintana e Rubém Cela inauguravam o centro *Querote* de Compostela, como o primeiro dos sete que presuntamente se abririam para constituir a "rede galega de centros de assessoramento afectivo-sexual", polo menos numha primeira fase em Compostela, Lugo, Ourense, Ponte Vedra, Corunha, Vigo e Ferrol. Posteriormente, dixêrom, passaria-se aos núcleos de menor entidade. Anjo Quintana prometeu que esta rede abarcaria "como mínimo as sete grandes cidades galegas" em plena campanha.

No equador da legislatura eram apenas dous os centros abertos e nom fai apenas uns meses quando se abrirom três novos, em Ourense, Burela e Vigo. Os outros três anunciados, imaginamos que se inauguraram durante a já iminente campanha eleitoral.

Nos dias de hoje, e à vista dos cinco únicos centros abertos a ponto de rematar a legislatura autonómica, nom há nada que nos faga pensar que se vaia a ir para além desta primeira fase, por várias razons:

a) O desinteresse do próprio BNG por criar essa "rede afectivo-sexual" num prazo de tempo aceitável.

Nos dous primeiros anos da legislatura só se abrirom dous centros, o de Compostela e o de Lugo (sendo este último caso um evidente fracasso). Nom foi até o 2008, quando se procedeu a abrir três novos centros.

Só foi quando se achegavam as eleições estatais quando se anunciou a criação de nada menos que cinco centros para este mesmo ano, em Ferrol, Ourense e Burela no primeiro semestre, e em Vigo e Corunha no segundo. Nom deixa de ser mui suspeito que durante três quartas partes da legislatura se vaia a passo de tartaruga na gestiom destas aperturas, e de súpeto com a chegada das campanhas eleitorais comecem a chover promessas do céu. A praxe política do BNG leva-nos a abrigar sérias dúvidas sobre semelhante aceleração do ritmo da "revolução tranqüila".

O mais provável é que esta presuntuosamente nomeada "rede" formada por dous unidades até fai bem pouco, dificilmente passará dum punhado de centros que sairám repetidamente nos meios, mas que em nengum momento cumpriram a função que o BNG prometia que teriam. Tenhamos em conta que um sector importante do eleitorado do BNG está composto fundamentalmente por funcionariado, pequena burguesia e classes meias acomodadas de origem fundamentalmente urbano; razom que nos leva a pensar que o objectivo nom é dotar à juventude galega de centros formativos e preventivos em matéria sexual, mas incidir mediaticamente no ambiente no se movem os seus votantes. O resto da população de jovens que viva fora dos centros urbanos mais grandes podem ir poupando para o autocarro que os levará ao centro *Querote* mais

cercano (que pode estar a horas de viagem).

b) A inoperância dos centros *Quérote*.

A ineficácia prática destes centros para assumir as necessidades da população juvenil galega é óbvia, umha questom de matemática básica. É virtualmente impossível que oito profissionais dos dous únicos centros em funcionamento na Galiza podam dar soluçom às urgentes necessidades juvenis. Nem tam sequer possuem margem suficiente para achegar esse assessoramento à maioria d@s jovens, ou tam sequer a um sector significativo da juventude. Simplesmente nom tenham capacidade para fazê-lo, e muito menos com o nulo incremento de horas de atençom, que continuam a ser as mesmas que há dous anos quando se fundou, de Segundas e Sextas-feiras de 10 a 14, e de segunda a sexta pola tarde de 16:30 a 20:30. Este horário é claramente insuficiente, especialmente ao permanecer fechado toda a fim de semana. É umha evidência constatável que a maioria das relaçons sexuais com pessoas que nom som o cassal habitual (mais boa parte das que sim o som) dam-se as noites das sextas e os sábados, polo que deduzimos que as noites de fim de semana seriam o momento idóneo para estar disponhíveis, ou no seu defeito os sábados e domingos polas manhãs. Tendo em conta que nos jornáis se analisava a razom da abertura de segundas e sextas pola manhã para afrontar as possíveis práticas de risco da fim de semana, esta fulcral carência horária nom tem justificaçom possível. Ao mesmo tempo, segue a carecer-se dum serviço de urgências 24 horas, é mais, nem tam sequer se dispom dumha linha telefónica que funcione com este horário.

Os dados feitos públicos polos próprios centros confirmam estas teses. No passado ano o centro compostelano recebeu 447 consultas presenciais, é dizer, algo mais dumha visita diária de média. Neste mesmo período, recebeu 375 consultas telefónicas (de novo, praticamente 1 diária de média). Na Internet, por motivos evidentes de privacidade, ascendêrom a um total de 1.601. Somando-as todas, temos um total de 2.423 consultas atendidas. Fazendo singelas operaçons matemáticas, e tendo em conta o reduzidíssimo horário do centro, obtemos algo mais de 10 consultas diárias, das quais 80% vinham via Internet, sendo respostadas por correio electrónico antes de 48 horas. Ao longo deste ano, organizárom-se actividades formativas em 30 centros de ensino em que participárom 2.840 estudantes.

Comparemos essas 2.423 consultas com o total d@s menores de 30 anos residentes na CAG e nos territórios da faixa leste da Galiza, ou inclusive simplesmente com o número de jovens que vivem na própria comarca de Compostela. Incluso no caso irreal de corresponder-se cada consulta com um/umha jovem diferente (o qual é mui duvitável), o labor é tam ingente e a oferta de assessoramento tam ínfima que ressurta umha tarefa impossível.

Agora que a Junta fixo públicas as supostas novas aberturas deste ano, é tempo de perguntar-nos qual foi a efectividade do centro de Lugo. Em verao do ano passado abria-se o segundo centro da "rede" *Quérote*, mas em contra do que cabia supor, o seu lançamento mediático foi ínfimo, quase nulo, contrastando enormemente com a hipertrófia informativa da que desfrutou o centro compostelano. Mas nom só. Nos *Infoxove* nº 17, 18 e no número dedicado à vacina contra o HPV o centro aparece resenhado, mas só o endereço, sem número de contacto, correio electrónico nem horário de atençom ao público. Nom seria até Novembro de 2007 quando Cela e a sua secretaria iniciam a "segunda" campanha de difussom do centro, sem que tivera havido indícios de ter tido lugar a primeira. Assim, no último número do *Infoxove* aparecem por primeira vez em mais de meio ano de existência horários, telefone e e-correio, simultaneamente à propaganda (agora sim) em diversos meios de comunicaçom.

Por outra banda, a utilidade do dinheiro público empregue apresenta sérias dúvidas, já que a finais de 2007 o centro luguês tinha atingido a colosal cifra de 200 visitas totais. Isto pode dever-se a duas causas: Primeira, a mais que possível abertura prematura e intermitente do centro, o que explicaria o seu carácter fantasma e o baixo nível de consultas. Segunda, a inutilidade do modelo de centro à hora de chegar à juventude. De BRIGA achamos que o mais possível é que se conjuguem as duas.

Ao mesmo tempo produz-se umha focalização do assessoramento dos centros em sectores juvenis minoritários. As características do agir prático do centro sobre as que falaremos no terceiro ponto, facilitáram que @s jovens que se achegassem para realizar umha consulta apresentassem um determinado perfil social e de classe. O pesso das mulheres nas consultas de menores de 25 anos é aplastante (quase uns 70%). No caso das presenciais, há um pesso fundamental de mulheres universitárias de entre 21 e 25 anos. Observamos tendências gerais face um perfil de jovem nom adolescente, mulher, com acesso a estudos superiores, ingressos estáveis, acesso a Internet, etc. É dizer, um sector social pequeno, em actual descida, e que associamos à classe média e pequena burguesia. A grande maioria da juventude, à que se lhe negou a possibilidade de realizar estudos superiores, a juventude da precariedade, a do trabalho-lixo e acidentes laborais, a juventude assalariada maioritária, é a grande ausente destas estatísticas.

Em resumo, ineficácia e inoperância que só se podem explicar na política do máximo ganho com o mínimo esforço que pratica o BNG, defendendo umha aparente reivindicação da necessidade urgente destes centros nos meios de comunicação, mas centralizando esforços na rendibilidade eleitoral que lhe reportam em lugar da efectividade básica que tenham na luta contra o desvalimento formativo que existe entre a juventude.

c) A renúncia geral à incidência social activa.

Visto o labor inarbarcável ao que se enfrentam os dous centros, caberia supor o desenho desde a secretaria da que dependem dumha estratégia de intervençom directa, activa e continuada que achegasse soluçons paliativas (já que se renúncia de partida às estruturais). Mas vamos a encontrar-nos umha actuaçom mui afastada do que seria a lógica tendo em conta o panorama actual. A pesar de algumas iniciativas isoladas, ligadas às aperturas e à campanha publicitária como fôrom as palestras em centros de secundária, a "rede" *Querote* encontra-se ausente justo daquele lugar onde jamais deveria faltar, os espaços de socialização d@s jovens. Apenas encontramos rasto dos centros *Querote* nos pontos de marcha durante a fim de semana, nem nos habituais lugares de reuniom, excepto em momentos pontuais nom há propaganda na rua, nem presença alguma nos concertos, eventos desportivos, festas ou centros de ócio mais importantes.

E é que estes centros, a pesar das horas de discursos triunfalistas e anestesiadores do autonomismo que asseguram o contrário, assumem umha atitude escandalosamente passiva, reduzindo as suas iniciativas às retóricas de rádio e de jornal e renunciando à actividade diária fora dos limites da praça do Matadouro e da rua Pintor Corredoira. Saidas nocturnas para o reparto gratuito de preservativos, ou mesmo as charlas em centros de ensino constituem iniciativas pontuais, nom parte dumha actividade diária e semanal que deve ser ensaiada sem perda de tempo, mas que é deixada de lado, aguardando que os problemas venham a petar às portas para serem solucionados.

E ainda assim, constituem umha mina de ouro mediática para o BNG, da que tenta extrair todo o rédito eleitoral que poida. Baste como exemplo a apresentaçom do centro de Lugo, momento eligido polo autonomismo para dar a conhecer a campanha de

apresentação, vários meses depois da hipotética abertura, por certo, que giraria à roda de notícias em diversos meios, um *stand* informativo e o emprego de cabines telefónicas para colocar no interior do vidro a cifra concreta de 20 cartazes. Isto, que para qualquer activista social ou militante revolucionário seriam as iniciativas da primeira semana, é para o autonomismo umha campanha publicitária juvenil completa, nom porque cumpra os objectivos de informar umha juventude à que maioritariamente nom interessa a informação do meios, mas porque cumpre os outros objectivos de manter esse telom mediático manipulado de eficiência na gestiom social, que se pom ante os olhos do eleitorado adulto que sim vai ler no jornal ou ver na televisom a propaganda autonomista.

Deixando de lado a exageração eleitoralista de *Quin* e associados sobre as bondades da "rede", qual é entom a actividade habitual destes centros? Temos analisado anteriormente que o compostelano recebe sobre 10 consultas diárias. Se lhe engadimos em dous anos de existência a edição de média dúzia de dípticos e panfletos, a actualização da página cada três semanas e algumas iniciativas soltas; haverá que somar à inoperância geral dos centros um desleixo profundo nas suas já de por sim restringidas funções.

d) Dependência do autonomismo e limitações derivadas da mesma.

Os centros *Querote* mostram umha mais que evidente dependência partidária, reproduzindo sem críticas nem variações o programa político juvenil da UMG. Ao mesmo tempo, a servil veneração que o regionalismo autonomista professa ante o actual quadro jurídico e político do Reino de Espanha transmite-se também aos seus centros afectivo-sexuais, vazios de qualquer conteúdo reivindicativo das necessidades juvenis nesta temática. Nom se propom nem por um momento a possibilidade de exigir determinados direitos que correspondem à juventude, e que nos dias de hoje nos som negados sistematicamente. Esta posição continuista a respeito da etapa fraguista, concretiza-se em que estes centros tenham um objectivo teórico principal (que na prática nom se cumpre, como já vimos) de assessoramento afectivo-sexual, mas em questons práticas a sua margem de manobra limita-se à entrega gratuita de preservativos e à receita da pílula do dia seguinte. Até aqui chegam os limites que impom o Estado espanhol, e o autonomismo nom tem o mais mínimo interesse em ultrapassá-los.

Renunciam a defender o direito ao aborto das mulheres, a reclamar para os centros *Querote* competência para praticar interrupções da gravidez livre e ordem em matéria sexual, carece da possibilidade de dar tratamento a infecções por DST, em definitiva, ficam totalmente esvaziados de qualquer capacidade ou vontade de transformação.

A causa reponde a ánsia de encaixar nesse virtual "estado plurinacional", umha excusa que agocha o desejo de gerir as migalhas do capitalismo espanhol na Galiza como sócios de terceira, e que como efeito colateral tem o abandono da luta juvenil em sexualidade. Os centros *Querote* nom podem actuar como oposição à política juvenil da Junta, umha instituição que governam os seus mesmos desenhadores e responsáveis, isso é tirar pedras contra o próprio telhado. É por isso que se opta por anunciar a viva voz as aberturas dos dous centros, e sobretudo explorar o mais possível a difussom gratuita da pílula contraceptiva que analisamos no próximo ponto; mas no essencial, continua-se o caminho marcado durante o fraguismo, de olhar para outro lado e permitir que todo sega na mesma.

3.3.- A pílula do dia seguinte

A finais do mês de Janeiro, publicava-se no jornal espanhol *El País* que o governo

estatal do PSOE prometia o acesso livre e gratuito à pílula do dia seguinte. Evidentemente, esta promessa nom respondia a que de súpeto a socialdemocracia espanhola reparasse nos 13.000 abortos entre adolescentes que se dêrom no Estado espanhol em 2005, mas a meros cálculos eleitorais de face as estatais deste ano. Ainda assim, e fora do cerne da notícia, o tema tem a sua *graça* quando o PSOE afirma que se ganha as eleições, dispensará gratuitamente a pílula, e que "inclusive está a estudar a possibilidade" de permitir a sua distribuição sem receita prévia. Vamos, que se apresenta um direito reprodutivo inalienável das mulheres (poder interromper umha gravidez que nom desejam sem passar pola consulta do médico) como umha possibilidade remota que constituiria o máximo do mais para estes progres de cartom.

Nom obstante, nom podemos esquecer que as competências em sanidade estão transferidas às Comunidades Autónomas (CA), excepto no preço dos medicamentos (o Governo espanhol tem de ter a capacidade de manter satisfeitas às empresas farmacéuticas sem ingerências de parlamentinhos autonómicos). Polo tanto, a situação a respeito do crescente número de embarços adolescentes na Galiza tem responsáveis na nefasta gestiom do fraguismo, e a difusom gratuita da pílula do dia seguinte foi desde logo um avanço indiscutível, como já temos valorado nos textos do nosso II Congresso Nacional.

Antes de analisarmos a segunda medida estrela do bipartido em sexualidade, e tendo em conta que de BRIGA também procuramos que este dossier seja formativo em mais questons além das ideológicas e políticas, procedemos a oferecer umhas resenhas e valorizaçons úteis sobre este método.

Também conhecida como pós-coital ou de emergência, a pílula do dia seguinte é um método contraceptivo que se emprega até os cinco dias posteriores a umha relação sexual sem protecçom. É importante salientar que é um método de emergência, nom um contraceptivo mais, já que possui muitos efeitos secundários e a sua ingestia habitual reduz a sua eficácia. A sua efectividade vai diminuindo com o tempo, de tal jeito que se a toma se fai nas 24 horas seguintes a efectividade é de uns 98%. Se se ingere entre as 25 e 48 horas após o coito, ainda chega a uns 85%. A partir das 49 horas e até as 72 horas, possui umha eficácia de 58%. Recentes estudos assinalam que a pílula ainda tem efeitos no quarto e quinto dia. Nom protege contra as DTS (Doenças de Transmissom Sexual).

Desde a década de oitenta empregou-se o chamado método Yuzpe, que consiste em ingerir várias pílulas anticonceptivas de emprego diário que contemham altas doses de hormonas (estrógenos e progestágenos), o que provoca importantes efeitos secundários como náuseas, vômitos, sangrados e dores na cabeça, peitos e quadris. Além do mais, pode produzir trombozes. Estes efeitos davam-se no 40% das mulheres que as tomavam.

Actualmente comercializa-se o levonorgestrel, que afecta a 20% de mulheres ao nom conter estrógenos. A eficácia à hora de prevenir a gravidez está resenhada mais arriba, em comparação com a menor capacidade para fazê-lo que tinha o Yuzpe, à roda de 77% nas primeiras 24 h.

Na Galiza até 2006 e no Estado espanhol segue a empregar-se este método, muito menos eficaz e com fortes efeitos secundários, alguns dos quais podem ser graves. Por umha banda, as diferenças de preço/quantidade entre os dous medicamentos som abismais. No caso do Yuzpe, por entre cinco e oito euros pode-se conseguir a caixa de 21 pílulas, suficientes para mais dum tratamento, além de ser receitado também como pílula anticonceptiva de emprego rotinário (de jeito erróneo), podendo comprar-se

sem receita. O levonorgestrel está a venda por 20 euros, só é suficiente para um único tratamento, e precisa receita médica.

As conseqüências som evidentes: a jovem média que emprega este método tem entre 15 e 25 anos, e sobretudo no caso das adolescentes nom possuem o poder aquisitivo para afrontarem a despesa do levonorgestrel. Aliás, aqui joga um papel importante a repressom sexual moralista, fortalecida desde a Igreja antiabortista, as consultas dos médicos e os Centros de Orientaçom Familiar (COF), cujo trato vejatório, degradante e machista leva as jovens a tentarem evitar por todos os meios serem humilhadas à hora de pedirem receitas destas pílulas, cuja extensom final depende d@ médic@. De facto, nas CA onde a pílula está financiada (Aragom, Galiza, Andaluzia, Canárias, As-túrias, Cantábria, Catalunha, Estremadura e Navarra), existe um registo das mulheres que empregam a pílula pós-coital, como se de facto houvesse que levar um controlo daquelas jovens que nom querem ficar grávidas.

Assim, na Galiza até há dous dias, o método Yuzpe continuava a ser a soluçom mais rápida para evitar ter de passar pola taquilha das consultas médicas e dos registos, a pesar de ter mais possibilidades de nom surtir efeito e ter muitas mais contraindicaçoms. Esta situaçom nom tem outro responsável que o governinho autonómico, culpável de dispor inúmeros entraves ao acesso à pílula.

Foi entom em 2006 quando a coligaçom PSOE-BNG impulsionou a gratuidade da pílula do dia seguinte, dando-lhe um tratamento mediático mui semelhante ao empregado com o primeiro centro *Querote*, a través do qual também se começou a receitar a pílula.

É de importância repassar as limitaçoms estruturais na intervençom do bipartido que antes vimos, ao igual que lembrar-nos de que esta medida é de tipo paliativo, é dizer, procura mitigar um problema quando já se deu, nom erradicar as suas origens. Também devemos ter em conta para analisar os seguintes dados que o emprego da pílula do dia seguinte é a última possibilidade que lhe fica a umha jovem antes de ficar grávida contra a sua vontade. Num estado que persigue, multa e condena o aborto (falaremos disto com profundidade mais adiante); ter de enfrentar-se a umha interrupçom voluntária da gravidez é um estigma social, muito maior se falamos de ambientes rurais, que nengumha jovem, e muito menos umha adolescente, quer sofrer.

Se somamos todo isto a umha intervençom em sexualidade insuficiente, mal focada, incongruente e eleitoralista; vamos a ter como produto o que está a ocorrer na Galiza: Desde que se fijo gratuita, quase 1600 jovens solicitam mensalmente a pílula do dia seguinte. E o número nom deixa de medrar desde que o SERGAS pujo em marcha este projecto, teoricamente para frear o acrescentamento de abortos adolescentes (2500 anuais), se bem parece evidente que seria mais acaído que a medida se centra-se na gratuidade dos anticonceptivos e a sua difussom entre a juventude, mas disso encarega-se o centro *Querote*, e a incompetência e as culpas há que reparti-las, enquanto a rendabilidade eleitoral a acapara o BNG.

Mas isto tem mais repercussoms: o 12% das jovens galegas diz empregá-la com asiduidade após as relaçoms sexuais, como se fosse um contraceptivo mais. Desde logo, parte das causas está na inexistência de formaçom sexual, mas também no facto de que @s jovens encontramos com um método que impede a gravidez (principal preocupação quando temos relaçoms sexuais) e que, aliás, é gratuito. O resultado de ambas as causas está bem à vista: O emprego da pílula gratuita polas jovens ao aforrar o gasto nos caríssimos preservativos e outros métodos contracepcionais, e as doenças sexualmente transmissíveis (de que a pílula nom protege), medram descontroladas.

Corunha é a cidade com maior demanda, seguida de Lugo, Vigo, Santiago, Ferrol, Ponte Vedra e Ourense. No caso da Corunha triplicou-se a receita mensal de pílulas, em Vigo repartiam-se 700 pílulas ao ano e nos últimos nove meses de 2006 passaram a ser mais de 2500, enquanto em Compostela se distribui cada mês o total de pílulas que se repartiu em todo o ano 2003.

Concluindo, embora seja positiva, a medida do BNG é com muito insuficiente, e ao nom estar inserida numha estratégia coerente que vaia para além da soma de votos, produz problemas secundários de importância.

4.- A AGENDA ESQUECIDA DO BIPARTIDO

Umha vez comentados os poucos avanços e muito ruído que caracterizam as medidas autonómicas tomadas em matéria de sexualidade (a pílula e os centros afectivo-sexuais), é momento de passarmos a todo aquilo no que o bipartido nom tem intervindo, é dizer, os câmpos nos que tem permitido que todo continui como estava durante o *fragsismo*.

4.1 Métodos anticoncepcionais: continuismo e ineficiência

4.1.1.- A hipócrita política autonómica em contracepção

O caso dos métodos de protecção sexual nom é alheio ao desleixo autonómico, que centra a propaganda mediática nos centros *Querote* e na pílula do dia seguinte para evitar chamar a atenção sobre dados que alarmam a qualquer, menos a Rubém Cela, Quintana e companhia, que estão demasiado ocupados em subir-se os salários para lembrar-se d@s infectad@s e mort@s anuais por VIH, d@s contagiad@s por DST, assim como dos abortos e embaraços nom desejados. Todas estas som conseqüências directas da falta de interesse deste Parlamentinho em chegar à juventude métodos seguros de protecção sexual. Esquecem-se adrede de que o SERGAS nom fornece gratuitamente de preservativos e métodos contracepcionais, excepto no caso dos diafragmas, que som receitados nos COF, esses mesmos centros onde se humilha às jovens que acodem na procura de soluções. Na CAG existem 14 destes centros, e fora deles a assistência sanitária em contracepção limita-se a casos isolados da atenção primária, nos quais @s médic@s ocupam menos de 5% do seu tempo laboral a este tema. Ao nom existir disposições autonómicas específicas, trabalham seguindo a lei de 1984 de Planeamento Familiar, o que nos pode dar umha ideia aproximada do desfasado da sua focagem.

Porém, o *duo dinámico* da opereta autonómica (PSOE-BNG) tem demonstrado o seu agir político interessado e eleitoralista ao apresentar lá por começos de 2007 um plan geral no que se previa a gratuidade dos anticonceptivos, e que se implementaria entre Junho de 2007 e Abril de 2008. Faltam dous meses para que expire o prazo, e de todo o que se prometera naquela rolda de imprensa na que participara a ministra espanhola de sanidade e a concelheira correspondente nom fica nem rasto, excepto para aquelas/es que nom esquecemos as mentiras dum governo que nom cumpre os mínimos esigíveis: garantir o direito ao desfrute dumha sexualidade sem riscos de enfermidades nem embaraços.

Vira-se as costas a uns dados que nos mostram que mais de dous terços da juventude galega (uns 39%) tenhem relações sexuais sem nengum tipo de protecção, chegando esta percentagem a praticamente 50% da população de jovens de entre 15 e 19 anos. Estamos a falar de que um/ha de cada duas/dous adolescentes está totalmente expost@ a contrair DST, com o risco directo para a sua vida que isso implica, além das

possibilidade de ficar grávida antes dos 20 anos. É salientável que a percentagem de moças que nom empregam nengum tipo de medida de protecçom é superior à dos homens, e nom só nesta faixa, embora seja na adolescência quando a diferença é maior. É dizer, as próprias jovens que deveriamos ser as mais interessadas em proteger-nos dumha gravidez nom desejada e das DST, somos as que menos medidas tomamos. Este facto, como vimos anteriormente, nom se deve se nom às trabas ideológicas e materiais que impedem viver a sexualidade das jovens de jeito autónomo e livre, e desde logo o abandono autonómico desta questom nom tem se nom afundado num problema que é ainda mais grave do exposto até o de agora.

Dizemos isto porque se atendemos agora ao número de jovens que se expugérom a risco nas suas práticas sexuais, chegamos à estarrecedora cifra de 60%. Isto tem grande importância, porque reflete os estragos que milénios de ideologia reprodutivista temem provocado. A maior preocupação d@s jovens à hora de praticar sexo é a gravidez (para uns 85%-96%), enquanto a possibilidade de contrair DST só provoca suores a menos duns 40% no caso dos jovens (nas moças desce a uns 31%), e no caso do VIH baixa até uns 22% e 19%, para homens e mulheres. Disto deduzimos que o desconhecimento sobre quais som práticas de risco é generalizado, já que a percepçom das possibilidades que há de contrair DST ou VIH e a preocupação sobre elas som baixíssimas, quando em todo o caso som muito mais reais do que normalmente pensamos.

E enquanto PSOE e BNG jogam ao despiste como os bons trileiros políticos que som, a compra dos contraceptivos continua a ser domínio exclusivo das farmacéuticas, a pesar de ser nominalmente o governo estatal quem fixa os preços dos fármacos. Dizemos nominalmente, porque nengum governo, nem estatal nem autonómico, tem sancionado farmácias que se negam a vender contraceptivos por decisom unilateral do empresário responsável, cujas definidas ideias sobre a família e a religiom católica nos negam inclusive a única via que nos deixa o bipartido para o acesso a estes produtos: o dinheiro. Dinheiro que muitas vezes nom temos, de fixarmo-nos no início médio das relações sexuais na Galiza, a adolescência, momento vital em que a maioria d@s jovens nom temos trabalho nem fonte de ingressos, estando obrigatoriamente escolarizad@s até os 16. Se a isto lhe somarmos a monstruosa desinformaçom juvenil em sexualidade, encontramos-nos com a Galiza do século XXI, a mesma Galiza sem preservativo que sonhava Fraga, e que Tourinho e Quintana parecem querer conservar a toda costa.

A ridícula capacidade dos centros *Querote* à hora de subministrar preservativos nom fai se nom empiorar um panorama caracterizado polo abandono, o continuísmo e a encomenda do problema às leis do mercado, afastando-se radicalmente das necessidades sociais inapráçáveis que tem a juventude galega.

4.1.2.- Tipos, emprego e fiabilidade

Os diferentes meios contraceptivos e as suas percentagens de uso podem constituir um termómetro muito útil à hora de medir-mos a situaçom da sexualidade juvenil galega, porque reflectem com relativa fiabilidade o nível de formaçom, atitudes face ao sexo e percepçom dos riscos que temem @s jovens galeg@s.

De BRIGA nom somos tam ingénu@s como para defender que este dossier pode solucionar as graves carências formativas a nível de sexualidade, mas nom queremos deixar passar a oportunidade de incluir também breves resenhas informativas que poidam ser úteis, sempre sem perder de vista a denúncia coerente que nos levou a esta situaçom de desconhecimento.

Entendemos por contracepçom as diferentes técnicas e métodos que impedem os em-

barraços nom desejados. A seguir incluímos um pequeno ressumo dos principais contraceptivos, além de retaçõs básicos no utilizamento e efectividade.

a) Biológicos

Baseam-se em evitar as relaçoens sexuais nas datas de maior fertilidade da mulher, calculando-as em funçoem da temperatura corporal (temperatura basal), a quantidade de moco no pesçoço do útero (BILLING), ou análise do nível de hormonas na urina. Também pertencem a este grupo o método Ogino-Knaus, ou o coito interrompido, é dizer, a interrupçoem da penetraçoem no momento prévio ao orgasmo do homem.

Todos eles som muito perigosos, possuindo em muitos casos taxas de falhos de mais de 40%. Assim, tenhem muitas mais probabilidades de acabar provocando embaraçoos que de evitá-los.

b) Barreiras

Impedem o contacto entre óvulos e espermatozoides, obturando os condutos polos que circulam. Estas barreiras podem ser físicas, químicas ou umha combinaçoem das duas possibilidades.

- Preservativo masculino. É umha funda de látex delgada e lubrificada que se coloca sobre o pénis em erecçoem. A sua eficácia anda à volta de 97% de colocar-se devidamente, e protege das gravidezes nom desejadas e das DST ao mesmo tempo.

- Preservativo feminino. Bolsa de silicona que se introduz na vagina durante a penetraçoem. Tem umha fiabilidade de 95% aproximadamente.

- Espermicidas. Som substâncias que matam aos espermatozoides, ainda que a sua baixa eficácia por sim mesmos deve ser complementada com outros métodos para assegurar a impossibilidade da gravidez.

- Diafragma. Carapuça com forma de cúpula que se introduz na vagina previamente untada de espermicida. Pode ter vários usos, e possui umha efectividade entre uns 80% e uns 90%.

- Esponja vaginal. De emprego mui semelhante ao diafragma, é um pedaço de material poroso empapado em espermicida e atado a um cordel ao modo dos tampõns. Tem umha taxa de efectividade menor (72%), e é difícil de encontrar.

c) Hormonáis

Evitam a ovulaçoem, e estão desenhados para serem empregados por mulheres. O fornecimento de hormonas artificiais provoca alteraçõs como a ausência de ovulaçoem, o que impede a gravidez. Existem duas grandes famílias de contraceptivos hormonáis, em funçoem de que levem umha ou duas hormonas sexuais.

Os **combinados**. Levam estrógenos e progestágenos, que suprimem a ovulaçoem. Empregam-se durante três semanas, descansando a quarta. Som muito seguros.

- Pílula anticonceptiva. É um medicamento composto de duas substâncias, os estrógenos e progesterona (sintéticos similares às hormonas femininas). Expandem-se polo corpo a través do sangue, impedindo que os ovários produzam um óvulo, como que nom pode haver fecundaçoem. Deve tomar-se baixo controlo médico. Os envases soem ser de 21 pílulas que se tomarám umha cada dia à mesma hora. Ao rematá-las descansa-se durante sete dias e no oitavo começa-se de novo. Durante esta semana de descanso aparece a mestruaçõem. Se um dia nom se toma, tem-se um prazo de doze

horas para fazê-lo, se passa mais desse prazo, a segurança já nom está garantida polo que se recomenda empregar um método complementário esse mês. Durante a semana de descanso, a protecçom continua. Há que ter cuidado com os vômitos e diarreias, ou com o consumo de medicaçom que poida interaccionar com a pílula restando-lhe fiabilidade.

- Parche anticonceptivo. Aplicam-se sobre a pele cada semana, vigiando que fiquem bem colados à epiderme. Três semanas de uso, e umha de descanso.

- Anel vaginal. Anel de plástico flexível que a mulher coloca na sua vagina como se fosse um tampom higiênico. Liberta hormonas anticonceptivas em doses muito baixas e constantes. Três semanas de emprego e umha de descanso, em que vem o período.

Os **progestágenos**. Só levam este tipo de hormona, e além do efeito de evitar a ovulação, espessam o moco do útero, ralentizando a migração dos espermatozoides.

- Injecçom hormonal. Impedem a ovulação durante três meses. O período pode ser irregular e inclusive desaparecer.

- Implante hormonal. Som varas de plástico flexível que se implantam no braço baixo a pele, e que liberam o progestágeno de jeito contínuo. É vantajoso para aquelas mulheres que procurem anticoncepçom a longo prazo (três anos). A implantaçom e a extracçom deve realizar-se por pessoal médico qualificado.

d) Dispositivos Intrauterinos (DIU)

Som aparelhos de plástico que se introduzem no útero, requerindo para o seu implante de intervençom médica. Existem vários modelos, em funçom dos quais possuem umha duraçom determinada. Som métodos seguros, mas só como protecçom contra a gravidez, nunca contra as DST.

- Com cobre. Som os mais empregues, e tenhem umha duraçom de 5, 8 ou 10 anos, segundo o modelo, com umha efectividade de 99%. Pode provocar maior abundância no período, nom é necessário umha gravidez prévia para inserí-lo e podem-se ter gravidezes posteriores umha vez retirado.

- Com progestágeno. Possui um depósito com levonorgestrel (a hormona sintética da pílula do dia seguinte). Tem umha eficácia de 99%, e elimina o período na sua prática totalidade nos cinco anos em que se recomenda o seu uso.

- Implante intra-uterino (IIU). É o único sem estrutura plástica, formado por cobre na íntegra.

e) Cirúrgicos

Evitam permanentemente o contacto entre óvulos e espermatozoides, a través de operaçoms. Existem dous tipos, as que se realizam em mulheres e as dos homes:

- Ligadura de trompas. Ligam-se as trompas de Falópio, impedindo o encontro óvulo-espermatozoide.

- Vasectomia. Ligam-se os condutos deferentes, a operaçom é muito mais simples que no caso das mulheres, podendo fazer-se com anestésia local.

4.2.- Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST): As companheiras de cama que ninguém vê

4.2.1.- Um tratamento circense para um perigo muito real

Como vimos no ponto anterior, as DST som a víbora entre as hervas das práticas de risco, essa ameaça difusa, as mais das vezes desconhecida e muito real que sempre lhe ocorre a outr@, nunca a mim. Certo é que desde a década de 80 se produzirom descidas palpáveis nalgumhas destas enfermidades, que em nengum momento chegárom a desaparecer. E é que na actualidade está a acontecer todo o contrário: Começa a detectar-se o crescimento dos contágios por DST, e se observa que o acrescentamento está centrado na população jovem, especialmente entre moças adolescentes e homens menores de 25. De facto, a maior freqüência da gonorreia, sífile, clamidia-se e hospitalizaçõs por enfermidade pêlvica dam-se entre jovens de 15 a 19 anos. Deve-se este aumento às práticas de risco e em concreto à reduçom do emprego do preservativo.

O Estado espanhol está a começar a seguir umha tendência que já se observa noutros estados da UE: a Gram Bretanha tem acrescentado em 2000% os casos de sífile em 12 anos, o VIH nuns 300% e a gonorreia nuns 200%. O conselho assessor do governo britânico em matéria de saúde tem emitido um informe inequívoco: Umha jovem britânica (entendemos que aqui se diluem também as estatísticas nacionais galesas e escoce-sas, além das do Úlster) tem num só acto de sexo sem protecçom 1% de possibilidades de contrair o VIH, uns 30% de obter herpes genital e uns 50% de gonorreia.

As DST resurgem. É umha evidência que as mentiras do governo europeu, estatal ou autonómico som incapazes de maquilhar. Na Galiza pode corroborar-se facilmente a tese: Os casos de sífile, 51 em 2001 passárom aos 84 em 2006. Os de hepatite A mudárom de 14 em 2001, a 21 em 2006. Cada ano morrem 50 mulheres galegas polo vírus do papiloma humano (VPH), e 150 mulheres padecem cancro de colo de útero pola sua causa.

A populaçom adolescente é o sector com maior risco de contraê-las, e o grupo que mais hospitalizaçõs está a sofrer. Estamos a falar de que por umha banda, e como vimos na alínea sobre contracepçom, a preocupação juvenil sobre as DST é relativamente baixa, e muito baixa no caso da VIH-SIDA; o que além de ser um factor desta alça, também é um catalizador da mesma: A percepçom do risco é pequena, e @s responsáveis da política sexual nom se preocupam o mais mínimo de garantir o acesso ao preservativo e outros métodos de contracepçom, renuncia-se ao reparto gratuito nas zonas de concentraçom da juventude e nom há interesse nem no fundamental por formar às/aos jovens sobre os perigos bem sólidos e reais deste tipo de enfermidades. Todos estes factores podem explicar em parte este crescimento, se bem os cérebros bem pensantes da oficialidade do bipartido tenhem versõs que difirem profundamente com nós.

A Conselharia de Sanidade, em maos do PSOE, decidiu dissimular, pôr as maos nos petos e assubiar alegremente a melodia do "aqui nom passa nada", afirmando em contra todos os estudos e inquéritos recentes que nom lhe consta que tal crescimento se dese, ainda que anúncio que se manterá em guarda e continuará com os programas de prevençom, os mesmos que tenhem demonstrado ou nom existirem, ou serem totalmente ineficazes, e iniciativas de educaçom para instituiçõs penitenciárias, "usuári@s de droga" (?) e "gente que realice práticas homossexuais e bissexuais". Impressionante as capacidades destes ás do malabarismo político, que antes de reconhecer a própria incompetência som capazes de negar rotundamente a realidade evidente, e ficar tam

tranquilos.

Nom podemos deixar de observar que o seu discurso é muito similar ao do PP, no que se associam as DST com grupos sociais e étnicos excluídos, estigmatizados por questões de orientação sexual ou ligados ao sobadíssimo tópico do consumo de drogas. Porque por muito que se tente cassar estas enfermidades com grupos marginalizados, o certo é que este tipo de contágios nom seguem umhas pautas de classe claramente determinadas, se bem é evidente que a extracção social influi no acesso a informação e métodos de contracepção ou protecção. Evidentemente, nom tem as mesmas possibilidades de evitar práticas de risco umha moça cigana que viva num bairro de chabolas, que um moço dum bairro obreiro, que umha jovem estudante universitária. Mas estas diferenças nom podem alentar um discurso homófobo, racista e criminalizador como o do bipartido, que além de tentar agachar a sua manifesta incompetência, falta de interesse e incapacidade, tenciona fazer-nos crer que as DST som umha enfermidade marginal, património desses d@s que ninguém se preocupa. Se este é o governo do câmbio, que parecido tam grande tem com o anterior.

Além do mais, identificam com alarde de cientifismo barato a promiscuidade sexual ou a inmigração com este tipo de enfermidades. É dizer, que a fidelidade, como nos melhores tempos dos cinturons de castidade, é a melhor defesa contra as DST. E @ estrangeir@, o causante e portador de "novas" enfermidades, que como vimos som bem velhas. E se alguém assinala o frágil destas teorias, de novo se segue a estratégia do avestruz: Passes de maos e cortinas de fumo. Mas a realidade segue aí, por muito que se lhe dê as costas. Porque o bipartido ignora de novo e conscientemente a realidade de que o VIH nom só está a medrar entre parelhas heterossexuais (o que de por sim destroi o mito homofóbico do VIH associado à homossexualidade), mas está a fazê-lo em concreto entre mulheres com parelha estável. Ainda mais, o número de infectad@s heterossexuais de SIDA desde o início da epidemia na década de 80, supera em mais do duplo o de homossexuais infectad@s.

Nesta linha da análise moralista e das soluçõs dos laços vermelhos (que por certo seguem a tradição do laço amarelo, solidário com os militares imperialistas ianques mortos na Guerra do Golfo), encontramos também ao centro *Querote* que assinala como factor de contágio a promiscuidade sexual. Nada do que surpreender-se, tendo em conta que estes profissionais defendem que a menos que haja "expressom de sentimentos humanos", nom se pode folhar, o qual está mui em sintonia com o defendido pola Igreja católica. Desde logo que está claro que a maior número de relações sexuais com pessoas diferentes mais possibilidades haverá de contrair umha doença, do mesmo jeito que quanto mais vezes conduzas um carro mais cresce a possibilidade de ter um acidente. Entom deixamos de conduzir? Parece de lógica básica defender o contrário: Um abordamento sério em formaçom, que informe dos riscos e actue eficientemente no câmpo paliativo quando a enfermidade já está contagiada.

A umha situação caracterizada pola falta de medidas preventivas, há que somar-lhe a actual situação do SERGAS quanto à velocidade das consultas e provas, e sobretudo operaçõs. @ especialista que as jovens temos de visitar para prevenir as DST som @s ginecólog@s, para @s quais há que aguardar umha média de 107 dias para a primeira consulta, com 20% das pacientes que se vem obrigadas a aguardarem mais de 6 meses. Quanto às provas diagnósticas, curiosamente existe umha lacuna de dados, que emascara um grande número de doentes que aguardam mais do que se reflecte nas estatísticas oficiais. Traduzamos isto agora das cifras à realidade, e imaginemos umha jovem que pensa que pode ter contraído umha DST, e tem de aguardar quatro meses no mínimo para a primeira consulta. Desde logo, a precariedade da sanidade pública impede de partida que as jovens que se preocupem por fazerem controlos periódicos

ou precisem dumha assistência imediata podam aceder a eles, e voltamos a chegar ao mesmo ponto, se tés ingressos para te pagares as exploraçõs, provas, diagnósticos e tratamentos da sanidade privada, maravilhoso, se como a grande maioria nom pudes, vai fazendo fila, porque aqui quem nom pagar, nom tem direitos.

De seguir a falar sobre medidas preventivas, é de obrigada análise a seguinte questom. Em Abril de 2006 se descubria a vacina contra quatro das cepas mais contagiosas do VPH (Vírus do Papiloma Humano). Estas quatro cepas causam entre 70 e 75% das infecçõs que degeneram em cancro de colo de útero, que mata a mais de 250.000 mulheres no mundo todos os anos (meio cento na Galiza). As mulheres que nunca se infectaram do vírus e se vacinam agora estariam imunizadas contra a maioria das infecçõs genitais que causa o VPH.

Nos dias de hoje, o governo espanhol tem permitido a sua comercializaçom nas farmácias, polo módico preço de 465 euros polas três doses necessárias. Embora tenham prometido a sua inclusom nas vacinas gratuitas da sanidade das CA, em 2008 na Galiza continuas a precisar quase o SMI para poderes aceder a um direito, a protecçom contra umha doença de que existem cada vez mais contagiad@s, sem que o bipartido mova umha celha para o evitar.

Fixemo-nos em que a sua comercializaçom foi praticamente imediata. Nom assim a sua inclusom como vacina gratuita e de acesso público. E isto tendo em conta que provocou centos de mortes nos últimos anos, está a provocá-las agora mesmo, que a sua propagaçom é cada vez maior, e que se temem os meios para o atalhar. O governo espanhol demonstra assim a sua concepçom dos direitos, que se temem na medida que se podam comprar. Nem tam sequer quando duas comunidades autónomas se negárom a subministrá-la gratuitamente se pujo nengumha objecçom. E enquanto o problema persiste e cresce, promete-se a sua inclusom para o verao, justo depois das eleiçõs. Miserável caminho para apanhar votos. Como sempre, seguimos a ter promessas no ar, que creremos quando estejam acima da mesa. Até entom, o direito a te prevenires dumha enfermidade incurável, que facilmente te pode matar, centralizada nas mulheres jovens, à qual toda pessoa sexualmente activa estará exposta ao longo da sua vida, e das que 50% delas contrairám-no; é um privilégio de quem o poda pagar. As farmacéuticas devem estar lançando ovas ao talante de ZP e à obediência pusilânime de governinhos autonómicos como o do bipartido galego.

4.2.2- As DST: factores de risco

a) Apontamentos sobre as DST

A DST som enfermidades produzidas por agentes infecciosos e/ou parásitos, que se contagiam por contacto entre genitáís e as suas segregaçõs ou entre partes do corpo dumha pessoa e os genitáís ou segregaçõs genitáís de outra. Isto é o que acontece normalmente quando se temem relaçõs sexuais sem protecçom. Algumas DST seguem outras vias, como o sangue, as feces, a roupa, etc.

As mais freqüentes e graves som por ordem o VIH-SIDA, hepatite, sífile, gonorreia, clamidiase, herpes genital, condiloma e tricomoniasse. Recentemente tem-se dado um grande acrescentamento do papiloma vírico. Afectam a milhons se pessoas em todo o mundo, porque muitas delas nom produzem sintomas nas suas primeiras fases, o que permite que a pessoa infectada contagie à sua vez a muitas outras antes de ser-lhe diagnosticada a DST.

As diferenças raciais, sexuais e de classe som evidentes, sendo durante muito tempo associadas a grupos como as prostitutas, inmigrantes, consumidores de drogas injec-

táveis, e outros grupos marginalizados e explorados pelo capitalismo. O que esta análise agocha em nom poucas ocasiões é a realidade da presença destas enfermidades, socialmente muito estigmatizadas pola sua origem sexual associada à promiscuidade e a grupos sociais excluídos, nos estratos sociais da "cidadania de bem", em concreto entre a adolescência, como já vimos.

Ainda que quantitativamente, e fora do grupo do adolescência, há maior número de homens infectados (o qual deve-se em grande parte à maior liberdade sexual da que desfrutam, assim como às relações sexuais com prostitutas, muitas das quais som inmigrantes ilegais, sem direito à sanidade pública); para as mulheres as DST podem ter conseqüências mais graves, provocando cancos como o VPH ou infecção do feto durante a gestação.

É importante salientar que o seu diagnóstico precoce permite que a grande maioria sejam tratadas com êxito, o qual situa a intervenção autonómica e estatal neste câmpo já nom só no denunciável, mas no eido do abandono consciente mais rastreiro.

b) Factores de risco

O emprego incorrecto do preservativo e outros métodos de contracepção, assim como a falta de métodos de protecção som as situações que mais possibilidades de contágio produzem. Assim mesmo, o sexo anal e o sexo oral sem preservativo, ou a falta de informação sobre as DST som alguns dos factores de risco mais importantes. Também tem importância a falta de higiene pessoal, e as dificuldades para tomar decissons ajeitadas depois do consumo de drogas legais e nom legais.

c) Tipos de DST

Em função do agente que causa a infecção, podemos diferenciar as mais importantes:

Por bacterias,

- Sífile. Mais freqüente em homens, acrescenta-se com a infecção do VIH. Pode contagiar-se por via vaginal, anal ou bucal nas relações sexuais, de mãe a filho, ou por transfusssom de sangue fresco. A via sexual produz-se por contacto directo com umha úlcera sífilítica. Tem três fases: A primeira, de incubação, que dura de 9 a 90 dias, forma-se a úlcera que nom dói, e inflamam-se os gânglios cercanos. Depois curará-se, ainda que a enfermidade continuará avante. A segunda fase, 6-8 semanas depois do contágio, aparece umha erupção com machas rosadas por todo o corpo, com gânglios inflamados, carecas e vultos planos na pele. A terceira fase dá-se se nom houve tratamento nas duas anteriores, entre 2 e 10 anos depois do contágio. Dam-se sérios danos nos sistemas nervioso, cárdio-vascular e ósteo-articular.

- Gonorreia. Também conhecida com o nome de purgações, transmite-se por contacto sexual. Na penetração vaginal, a transmissão do homem à mulher vai de 50 a 90%, em sentido contrário, uns 20%. Na penetração anal, o risco de transmissão é mui alto, e fazendo sexo oral pode-se infectar a gorja e a boca. Estas infecções podem ir associadas a clamídeas em muitos casos.

No homem produz umha inflamação da uretra entre 2 e 6 dias depois do contacto, com secreção de pus ao mejar. Se nom se intervém, inflamam-se os testículos, próstata e outras áreas da zona.

Na mulher aparece aos 10 dias, com inflamação do colo uterino, com secreção purulenta vaginal e dor ao mejar. A complicação genital mais grave é a enfermidade inflamatória pélvica (infecção das trompas de Falópio, ovários e tecidos vizinhos), típica

entre moças adolescentes, como vimos. Isto pode causar esterilidade e gestaçom fora do útero, além de inflamar-se a matriz, as glândulas do moco vaginal e mesmo o fígado.

A infecçom do recto nota-se por dor rectal, moco nas fezes, sangrados e constipados instestináis. O sexo oral com pessoas enfermas produz sintomas entre 3 e 7 dias depois, com inflamaçom da gorja.

A gonocócia disseminada por todo o corpo provoca febre, artrite, dermatite e mesmo casos de meningite e inflamaçom do coraçom.

- Clamidiase. A maioria das pessoas afectadas som mulheres jovens menores de 25 anos, e ainda mais freqüente em mulheres adolescentes. Tem um período de incubaçom de 10-16 dias, e dependendo da variedade, causam diferentes infecçons.

As infecçons e os seus sintomas podem ser comuns a ambos sexos, ou diferentes. Nos homes podem afectar à uretra, produzindo supuraçom branca ou clara e dor ao mejar. Entre 35 e 60% destas uretrites som produzidas por clamídias, e às vezes nom provoca sintomas. Soi produzir inflamaçom dos condutos do seme, com dor nos testículos inchaçom e febre. Com menor freqüência, inflamaçom de próstata.

Nas mulheres os sintomas som menos específicos, mas com conseqüências mais graves, que vam desde a conjuntivite até a morte numha terceira parte das afectadas.

Umha vez descuberta a infecçom à que tratar tanto à pessoa infectada como pessoas com as que esta mantivo relaçons sexuais nos últimos dous meses, inclusive se nom mostram sintomas, o que ocorre num 50% dos casos.

Por **vírus**,

- VIH/SIDA. Esta enfermidade é identificada por primeira vez por um centro de vigiância epidemiológica em EUA, a meados de 1981. Os contágios produziã-se nos primeiros casos em homens jovens, de raça branca, homossexuais e de origem metropolitana. Presentavam um falho adquirido no seu sistema immune, o que dificultava enormemente o combate contra as infecçons, ao mesmo tempo que se lhes diagnosticãrom tumores produzidos pola sua falta de defesas naturais. A orientaçom sexual dos primeiros enfermos permitiãrom a campanha de intoxicaçom e mentiras que ligava a homossexualidade com este vírus, mas pronto começãrom a aparecer casos também em mulheres, e mesmo em pessoas que nom tiveram relaçons sexuais. O denominador comum foi o sangue. Estes grupos ou se injectavam drogas, ou receberam transfusons de sangue ou eram hemofílic@s. Nesta altura publicou-se a existência de casos em África, Austrália e Europa, e o quadro será baptizado em 1982 pola OMS como SIDA (Síndrome de Inmunodeficiência Adquirida). Um ano depois descubria-se a sua origem vírica, sendo o nomem do vírus VIH. As origens do vírus ainda nom estãr claras e criãrom muita polémica, existindo teses que vam desde a mutaçom do SIDS (Síndrome de Inmunodeficiência Símia), até a experimentaçom com vírus com o objectivo de criar armas biológicas para os exércitos imperialistas.

O vírus ataca aos linfocitos CD4, células do sistema immune encarregadas de pôr em marcha as defesas biológicas e de regular a sua intensidade. Isto provoca que o organismo fique sem possibilidade de se defender quando outros agentes estranhos entram nele, rematando por produzir-se umha enfermidade grave. Qualquer micro-organismo dos que provocam doenças leves, como o caso da gripe, pode acabar matando ao/à infectad@ por VIH.

Desde que o VIH entra no organismo e começa a multiplicar-se, as células do sistema defensivo som destruídas, e começa a desenvolver-se a enfermidade conhecida como SIDA, que tem três fases:

A primeira ou infecção aguda, que tem lugar semanas depois da infecção pelo VIH. @ infectad@ pode apresentar sintomas ou nom. Se os apresenta, soem ser leves e passageiros (febre, gorja irritada, erupção cutânea).

A segunda ou crónica, que pode durar vários anos. Nom há sintomas, mas o vírus continua multiplicando-se e vai diminuindo progressivamente o número de linfocitos CD4.

A terceira ou final, conhecida propriamente como SIDA, caracteriza-se pola aparição de enfermidades infecciosas graves, alteração do estado geral d@ infectad@, desenvolvimento de alguns tipos de cancro e alterações neurológicas.

As vias de transmissão venhem sempre doutra pessoa enferma, do seu sangue e alguns líquidos corporais, em concreto o seme, as segregações vagináis e o leite materno. Temos três grupos de transmissão:

- Por contactos sexuais sem protecção. Em concreto nas penetrações, as mucosas vaginal e anal podem ser atravessadas pelo VIH, além do mais, som menos resistentes que a pele, apresentando orifícios e rozaduras que permitem a entrada do vírus por contacto com o sangue, por muito que estas pequenas feridas nom molestem nem se vejam a simples vista. O período é um momento evidente de contacto polo sangrado, e inclusive nos dias antes e posteriores sempre há vasos sanguíneos abertos.

No sexo oral, o VIH presente no fluido genital pode atravessar a mucosa da boca, ou mesmo haver na própria boca pequenas feridas como as vistas arriba. Evidentemente, as ejaculações bucais som práticas de muito risco, assim como as penetrações sem métodos de barreira (por todo o visto até o de agora e polas secreções pré-semi-náis).

- Por objectos em contacto com sangue infectado. Quando este entra em contacto com o sangue dumha pessoa sá, pode produzir-se o contágio. É o caso de compartilhar geringas, folhas de barbear, instrumental para tatuagens e piercings, etc. Também material sanitário do tipo de bisturis, tessouras, etc. As infecções por transfusssom já nom temhem lugar, submetendo-se as doações a provas do VIH.

- Por transmissão vertical. É como se chama comunmente ao contágio de mae a filh@, durante a gestação, o parto ou a través do leite materno.

- Herpes genital. É umha das DST mais frequentes, e a primeira causa de úlcera genital nos países do centro capitalista, com centos de milhons de pessoas infectadas (5/1000 habitantes todos os anos). Pode produzir-se sem sintomas, embora se contagie durante vários anos. O método de transmissão pode vir de contacto entre genitais sem protecção, sexo oral sem protecção, por contacto com lessons da pele, mucosas, secreções, etc. É muito mais diagnosticado em mulheres (80% dos casos) do que em homens.

O promédio da incubação som sete dias, com sintomas como bochas que produzem dor, aos dez dias rebentam e deixam úlceras que se curarám em duas semanas. Inflamação e dor ao mejar, febre, dor de cabeça e malestar geral. No homem, as lessons vam estar no pénis, à roda do ânus, no ânus mesmo e no recto. Na mulher saem na vulva, vagina, perineo, colo do útero, nádegas, zona do ânus e recto. Se o contágio se provocou com sexo oral, produz-se infecção na gorja.

Umha das cepas mais habituais tem forte tendência à reprodução no primeiro ano,

pudendo repetir-se de quatro a oito vezes.

- Vírus do Papiloma Humano (VPH). Já temos falado mais arriba das repercussões que a falta de tratamento desta DST produz na população. Existem mais de 130 tipos distintos, e alguns deles produzem cancro de útero, pele, vagina, vulva, ânus e pénis; a pesar de a maioria produzirem só verrugas. É a DST mais freqüente, e bastante contagiosa (nuns 70% dos coitos sem protecçom), ainda que também se podem transmitir por contacto com a pele dos genitais ou autotransmitir-se no mesmo corpo.

É umha enfermidade de gente jovem, em especial mulheres de entre 20 e 24 anos, sendo @s adolescentes @s que tenham o máximo risco de contraê-la. A incubaçom soi passar desapercibida, entre 3 semanas e 8 meses. Já nesta fase pode contagiar-se. Começam logo a aparecer lessons,às vezes visíveis (condilomas e pápulas) e às vezes nom (subclínicas). A ausência de verrugas nos genitais nom exclui da infecçom nem da transmissom do vírus. Estas lessons subclínicas som as mais perigosas, pola sua relaçom directa com o cancro, em especial o de colo de útero. Todas as mulheres, e as jovens em particular, devem fazer um estudo como mínimo cada três anos para saber se as células dessa zona som normais ou estão afectadas polo VPH.

Os sintomas dam-se na sua maioria em mulheres, com ardores na vulva e na vagina, excesso de período, sangrado depois da penetraçom, ou dor durante a mesma.

Hoje em dia nom há tratamento que mate os vírus de ADN como os papilomas. É umha infecçom que vai durar toda a vida, que pode reactivar-se em qualquer momento e em qualquer parte dos genitais, embora existam medidas paliativas, como a cirurgia, cremes, etc.

- Hepatite B. É o único vírus da hepatite que claramente é transmitido por via sexual sanguínea. A OMS calcula entre 200 e 300 milhões de pessoas portadoras do VHB, das quais 30% vam morrer de cirrose ou cancro de fígado. Há alguns estudos que apontam à possibilidade de se transmitir também a Hepatite C por via sexual, mas nom está claro a nível científico.

Após umha incubaçom de 50 a 150 dias, começa a enfermidade que se manifesta com anorexia, fadiga, malestar, dor articular, muscular e na cabeça, fotofobia, tós, etc. Às duas semanas aparece a icterícia, melhorando os sintomas gerais. O fígado medra, doendo o lado direito do abdome. Entre 2 e 12 semanas depois desaparecem as moléstias. Esta hepatite aguda cronifica-se nuns 5-10% dos casos. O resto curam sem conseqüências.

Nom há tratamento que elimine o vírus, só se podem aliviar os sintomas. A vacinaçom das pessoas com risco é a melhor prevençom.

Por **parasitas**,

- Tricomoníase. Está produzida por um protozoo parasita que coloniza o tracto urogenital. É a DST nom vírica mais freqüente em todo o mundo. Afecta principalmente às mulheres, causando flujo vaginal abundante, de cor amarelo-verdoso ou grís-verdoso e fedorento, além dumha dor intensa na vulva. Nos homens soi passar desapercibida, excepto em poucos casos de uretrite. O 50% dos casos nom produzem sintomas prévios.

Quase sempre aparece associada a outras DST, principalmente a gonorreia (mais de 45% dos casos), e também com o VPH. O tratamento médico é singelo.

- Outras infecçoms por parasitas. Pode ser amebíase, própria de países tropicais e sub-

tropicais, ou giardose, que produz diarreia e má absorção intestinal. O sexo anal sem protecção extrema o perigo de contrair esta última. Também pode dever-se a parasitas externas, como a pediculose, provocado por um insecto que aninha no pelo púbico e provoca picores, ou a sarna.

Por **fungos**,

- Micoses genitais. Não está claro se se podem catalogar dentro das DST, mas nós incluímo-las pela mesma razão que incluímos as causadas por parasitas, que a pesar de não serem estritamente enfermidades, são também ameaças para a saúde que chegam por transmissão sexual. É uma infecção da vulva, vagina ou pênis causada por fungos, um tipo de vegetal. Podem estar presentes, e mesmo serem transmitidos sem causarem moléstia de nenhuma classe. Como em muitos casos, afectam quase sempre a mulher e quase nunca o homem. O 75% das mulheres terão um episódio deste tipo de infecções, e uns 50% destas terão um segundo.

Tem dois mecanismos de transmissão: O interno, devido a câmbios no ecossistema (50-90% dos casos) e externo, por contacto sexual (10-50% dos casos). Provoca dor aguda, excesso de fluxo branco, dor ao mejar, ardor vulvar e dor com a penetração. O tratamento é simples.

4.3 A gravidez não desejada: A criminalização do aborto

4.3.1.- Aborto, direitos reprodutivos e patriarcado

A interrupção voluntária da gravidez (IVG) constitui a decisão consciente de uma mulher de cortar e impedir o processo de gestação do feto. Calcula-se que no mundo praticam-se anualmente 46 milhões de abortos, metade dos quais se realizam em clínicas clandestinas e com condições precárias e perigosas para a mulher. Estes 23 milhões de abortos concentram-se nos países com legislação mais repressiva e machista, entre os quais se conta o Estado espanhol, junto a outros estados marcadamente homofóbicos, sexistas e machistas como a Polónia, Portugal até muito pouco ou a Irlanda. A fortíssima influência que a Igreja Católica teve ao longo das suas histórias, e que em boa medida mantém actualmente (caso também do Estado espanhol), é um dos factores que explica que estejam à cabeça da legislação mais machista e anti-abortista do autoproclamado *primeiro mundo*, teoricamente civilizado, democrático e igualitário, e na prática violento, autoritário e machista.

A IVG é uma reivindicação histórica do feminismo, e concretamente do feminismo revolucionário por várias razões. Em primeiro lugar, constitui uma afirmação irrenunciável do direito das mulheres a serem donas do próprio corpo libertando-se de imposições externas de maridos, pais, companheiros, irmãos e família. Em segundo lugar, a reivindicação do aborto livre e gratuito atenta directamente contra um dos pilares sobre o que se sustenta o capitalismo, ao pôr em perigo a única via existente na actualidade de reprodução da força de trabalho social. Em terceiro lugar, exprime o direito das mulheres a viver a sexualidade desprovida da carga patriarcal do reprodutivismo, é dizer, desfrutar do sexo sem que este tenha a finalidade de produzir descendência. Em quarto e último lugar, a reivindicação do aborto como um direito ataca à instituição patriarcal-burguesa da família, já que a prole é um elemento indispensável para ela.

É por todo isto que a exigência do direito ao aborto por parte do feminismo de classe revolucionário é perseguida, reprimida e atacada ideologicamente desde o poder burguês porque possui um conteúdo radicalmente enfrentado à essência do sistema de produção actual. Daí que os sucessivos reformismos das esquerdas derrotadas e da pseudo-esquerda tenham tentado esvaziar esta reivindicação do seu substrato revolu-

cionário, a raiz de diversas estratégias e legislações que tentavam aplacar aos sectores menos conscientes do movimento pró-abortista despenalizando em contadíssimos casos às mulheres que exerciam o seu direito.

Na actualidade o direito ao aborto nom está recolhido na *Carta de Direitos Sexuais e Reprodutivos*, embora atinja intimamente outros que sim aparecem reflectidos de jeito explícito. O direito das mulheres a nom serem vítimas da gravidez forçada, a receberem atençom médica especializada e competente no caso de aborto e a poderem negar-se a formar umha família levam, de fazermos umha extrapolaçom lógica, a que as mulheres tenham direito a decidirem sobre o seu próprio corpo e em consequência ao aborto. Mas nom deixa de ser clamorosa a ausência, muito mais quando esta carta está apoiada por outras declaraçoms de direitos internacionais como a *Declaraçom Universal dos Direitos Humanos*, mas esquece a legítima e inalienável prerrogativa das mulheres a dispor da sua vida e do seu organismo. Este esquecimento nom se produz por acaso, já temos reflectido sobre o golpe que supom para as democracias burguesas, o neofascismo e a Igreja Católica a reivindicaçom feminista do aborto livre e gratuito. Topamos assim com um tópicio recorrente das democracias formais capitalistas, que reconhecem em abstracto multidom de direitos que na prática, no mundo real, nom se tenham. É o caso do reconhecimento teórico da liberdade de expressom, do direito a nom sofrer torturas, de falar a língua da naçom submetida ou de ter um trabalho e salários dignos; todos eles reconhecidos polo Estado espanhol mas negados com maior ou menor uso da violéncia segundo as necessidades conjunturais. No caso do aborto é ainda mais sangrante, porque como veremos, nem tam sequer se reconhece o direito na teoria, muitíssimo menos na prática.

4.3.2.- O aborto na Galiza e a perseguiçom penal espanhola

O Estado espanhol encontra-se entre os países mais feramente anti-abortistas do âmbito europeu, tendo a duvidosa honra de compartilhar o privilégio com países como Polónia, cujo governo integrista católico está a ser a ponta de lança da violéncia estatal inmisericorde contra os colectivos LGTB e as reivindicaçoms sexuais.

Desde a promulgaçom em 1985 da Lei de despenalizaçom parcial do aborto, o Estado espanhol permite a IVG só em três casos: violaçom, perigos físicos e/ou psíquicos para a mae, e malformaçom ou deficiéncias do feto. Todos os demais supostos som constitutivos de delito, e polo tanto, som perseguidos polo aparelho polícia-judiciário espanhol. Devemos demorar um bocado mais analisando esta lei aprovada durante o governo de Felipe González.

A legislaçom espanhola nesta matéria tem um ADN que se remonta ao golpismo militar e a ditadura franquista, que tivo na Igreja católica um dos seus melhores aliados, alenadores e defensores. A herança ideológica do integrismo católico misógino, homo e transfóbico, racista, fascista e genocida configurou os limites que o franquismo aperiturista desenhou para os direitos das mulheres na Transiçom espanhola, limites que se virom obrigados a recurtar para anestesiar aos movimentos populares e obreiros da década de 80. A feroz campanha contra os direitos da mulher encabeçada pola Conferéncia Episcopal espanhola em reacçom às tímidas reformas do PSOE na legislatura anterior, renasce apenas uns meses depois das eleiçoms estatais com mais força que nunca arredor da anunciada reforma da legislaçom sobre o aborto.

O recrudescimento do companhente integrista do PP permitiu ao PSOE apresentar-se como um contraponto que está a anos luz de representar. Lembremos que já na campanha eleitoral prévia à vitória do PSOE em 2004 a reforma da lei do aborto fazia parte do programa. Fagamos memória também porque foi durante o primeiro mandato de ZP que se produziu a campanha de assédio contra mulheres que abortárom ilegalmente,

com detençons realizadas pola Guardia Civil e citaçons para declarar ante os tribunais espanhóis de 28 mulheres que abortárom na clínica Isadora, em Madrid. A injustiza legalizada e ejecutada pola socialdemocracia espanhola, assim como a campanha permanente do PP nom impediro que se dera umha contrarresposta na Galiza, quando várias mulheres galegas se auto-inculpárom em protesta contra umha legislaçom machista, cristiana e patriarcal imposta polo Estado espanhol. Esta iniciativa nascida da consciência feminista foi tomada como um exemplo a seguir por diferentes sectores, e também rapidamente aproveitada polo reformismo autonomista e a esquerda reformista espanhola para tirar votos. O BNG, que nos anos que leva no bipartido nunca se permitiu mover um dedo contra as decissons aprovadas em Madrid, ofertava agora apoio às mulheres auto-inculpadas, sem questionar nem por um momento o cerne da legislaçom penalizadora do aborto.

A resposta do governo espanhol foi a esperada, primeiro em palavras do ministro espanhol de Sanidade Bernat Soria que prometeu "estudar o tema" e logo de jeito mais inequívoco polo seu homólogo de justiza, Fernández Bermejo, que dixo claramente que nom era o momento para valorizar essa reforma. Levam mais de 20 anos sem encontrar o momento, porque o que supujo esta lei de 1985, segue a manter completa vigência na actualidade. Permitiu a objeccom de consciência para o pessoal sanitário antiabortista, mantivo o aborto no Código Penal, nom garantiu a intimidade e a privacidade das mulheres cujos dados som armazenados polas clínicas, e privatizou um serviço que deveria ser integramente público, livre e gratuito. O aborto é um autêntico negócio para as empresas privadas, com umha facturaçom anual de 40 milhons de euros. Um 97% dos abortos do Estado espanhol realizam-se em centros privados. Além deste ridículo 3%, a sanidade pública espanhola especializou-se em re-dirigir às mulheres que decidem abortar face a privada, constituindo um agente público para facilitar o enriquecimento à costa da perseguiçom penal dum direito. Por suposto, inclusive no sector público, se o aborto se realiza depois das primeiras 12 semanas de gestaçom, também há que pagá-lo na sanidade pública, que deste jeito privatiza a IVG quase nuns 100% dos casos.

Agora, depois de negar-se a incluir o direito à IVG no seu programa eleitoral para as passadas eleiçons estatais, o PSOE anuncia a sua disposiçom para abrir um debate para reformar a legislaçom do ano 85. A estas alturas desconhecemos os conteúdos da reforma, mas suspeitamos que sejam similares ao resto das iniciativas que no plano do avanço de direitos, nom passaram de fogos de artifício, mui rendíveis do ponto de vista propagandístico, mas em realidade mui pouco efectivas.

Para as jovens galegas, estas duas décadas de anti-abortismo institucional supugêrom 2500 abortos entre moças adolescentes cada ano, 7% de abortos que se realizam depois dum outro prévio, o 30% do total das IVE na Galiza em menores de 25 anos, etc... Existe um único hospital público que realiza abortos, frente às três clínicas privadas que vendem o serviço. Como vemos, a privatizaçom e perseguiçom dos direitos das mulheres nom fôrom paliadas como noutras comunidades autónomas como Andaluzia, e isso que se supom que Sam Caetano é governado por progressistas. Esses mesmos progressistas que aplaudem directamente a criminalizaçom do aborto (caso do PSDG) e esses outros que na web do seu centro afectivo sexual aconselham às jovens que mintam e agochem o facto de terem sido intervidas para umha IVE, para evitar problemas com pessoal sanitário antiabortista. Mui definitório da covardia e complexos com o que o BNG afronta os reptos que lhe estám a passar directamente por cima.

Aqui temos a intervençom real do bipartido. Acenos eleitoralistas que procuram emascarar a submissom à legislaçom espanhola.

4.3.3.- Tipos de IVE

Os seguintes métodos para atingir o aborto recolhem o permitido na sanidade do Estado espanhol, e se classificam em função do tempo de gestação.

a) Aborto químico. Administram-se umas pílulas que provocam o esvaziamento do útero. É a mais empregada pela sua efectividade quando se garante o mesmo acesso e custe económico que outros métodos.

b) Aspiração cirúrgica. Realiza-se sem ingresso na clínica, administra-se um anestésico local, e se aspira o conteúdo da cavidade uterina empregando umha cânula. Leva só uns minutos, e a recuperação é imediata. Pode praticar-se em embarços de até 17 semanas, dentro deste limite há mais possibilidades de complicações quanto mais avançada esteja a gestação.

c) Indução ao parto.

d) Microcesárea.

5. O MOVIMENTO LGBT

5.1 Considerações prévias

5.1.1.- Juventude, sexo, género e orientação sexual

Temos visto noutras alíneas a necessidade de castração da liberdade sexual que o patriarcado e o capitalismo precisam para manter intactas as taxas de ganho, o sistema estabelecido de poder e o aparelho de alienação – também sexual – em especial contra a classe trabalhadora. No caso da sexualidade, as mulheres e os homens com opções sexuais diferentes da heterossexual som alvos da violência do sistema, acrescentando-se no caso das mulheres em quanto a que pelo seu sexo som à vez que lesbianas ou transexuais e pelo tanto objectivos para a violência heterossexista, vítimas do patriarcado e destinatárias da violência machista.

Há que considerar que é durante a juventude quando se produzem as primeiras relações sexuais, e quando se configura a consciência da atracção e da orientação sexual. O sistema capitalista, a través dos canais que lhe confere o poder adulto (pais e maes, professores, chefes no trabalho, etc.), tenta sempre domesticar as naturais forças expansivas da juventude, afogando com autoritarismo mais ou menos evidente a ânsia de explorar novos horizontes inerente aos/às jovens. Isto também ocorre a nível sexual, sendo um dos objectivos deste processo de domaço a assunção por parte da mocidade do sistema patriarcal e do heterossexismo. A frustraço vital que provoca o saber-se fora das pautas do “normal”, em especial a umha idade onde se intui o injusto e monstruoso do mundo e o seu funcionamento, é fortemente acrescentada quando além do mais, as tuas opções sexuais te colocam nas antípodas do maioritariamente considerado como um comportamento sexual “aceitável” pelo poder adulto e @s própri@s compañeir@s e amig@s. Ante esta situaço, como ante qualquer tipo de opressão, cabem duas atitudes. Umha, a resignação, que leva indefectivamente à aceitação do heterossexismo e o patriarcado, da família patriarco-burguesa e do noviazgo heterossexual, e inclusive à desesperação mais absoluta, tanto que o número de suicídios adolescentes por estes motivos é alto. Duas, a luta consciente contra a imposição do poder adulto e da sua repressão sexual, com o que @ jovem começará a andar um caminho plenamente libertador, cuja experiência pode e deve ser trasladada a todos os câmpos da sua vida. Nom se pode lutar contra a imposição do heterossexismo e o patriarcado e pola contra permitir que te dominem no resto dos eidos da tua vida. A luta da juventude que reivindica a sua emancipação sexual no

movimento LGBT, deve ser consciente de que a opressão que sofre está dialecticamente ligada às outras, e que só a soma das lutas concretas numha contextualização adequada poderá tombá-las todas.

Umha destas formas de violência é a ligação única, burguesa, moralista, católica e artificial do sexo homem com o género masculino, do sexo mulher com o feminino, e ambos os dous sexos com a orientação heterossexual. Isto, além de ser um construto anti-natural, cria um orgulho feroz da orientação sexual maioritária, a heterossexual, que é amplificada, potenciada e difundida polos sistema até degenerar num ódio implacável contra quaisquer outras opções e possibilidades sexuais e de género que existam.

A análise marxista translada às questões de sexo-género-orientação sexual apresenta categorias claramente diferenciadas. A orientação sexual dumha pessoa atinge às suas preferências à hora de manter relações sexuais, mas nem está definida polo sexo com o que se nasce, nem é rígida e inmutável ao longo do tempo. A heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade debulham só tendências, nom barreiras inmodificáveis *per secula seculorum*. Por outra banda e de jeito independente, o género constitui o rol social que assumimos ao longo dos processos de socialização, e também nom está ligado ao sexo biológico nem à orientação sexual. Um homem pode comportar-se e sentir-se identificado com o género feminino, e seguir gostando das mulheres, mesmo exclusivamente. Finalmente, temos o sexo biológico, com o que se nasce, que pode ser homem, mulher ou intersexo. Neste último caso, formado polas pessoas que nascem com ambos sexos (1,76% da população humana), é de assinalar que no civilizado *primeiro mundo* decide-se unilateralmente a amputação de um dos dous sexos. Esta brutalidade provoca graves problemas, porque estas pessoas com frequência se sentem identificados com o sexo que lhes extirpáram, ou polo menos com partes dele. Este é um caso evidente da incapacidade de decidir num sistema baseado numha sexualidade binária criada artificialmente, onde a liberdade de elegir livremente nom pode ser permitida, e remata por decreto-lei no gume afiado dum bisturi.

Correlacionado com isto, é importante derrubar um mito mui extendido sobre a transsexualidade e @s transgéneros, que é o da operação e as hormonas. Há dúzias de miles de transexuais que nom desejam nem precisam operação nenhuma. A transsexualidade baseia-se na identificação, assunção e sentimento de pertença ao género contrário ao que seguindo a lógica heterossexista lhe corresponderia por sexo de nascimento, mas nom está ligada necessariamente a nenhuma operação nem orientação sexual determinada.

A família patriarco-burguesa vê-se directamente ameaçada polas teses que defendem que esta ligação binária sexo-género é um invento interessado, sem o qual os processos de exploração sexual e de imposição do poder adulto desde a unidade familiar veriam-se abocados a um processo de reconstituição estrutural. E aqui radica o cerne das reivindicações LGBT, que constituem um arma contra a família patriarcal e os modos de exploração e alienação ligados a ela. De aí a necessidade de assimilação que tem o patriarcado e o capitalismo a respeito deste movimento.

5.1.2.- O nascimento do movimento LGBT: Os distúrbios de Greenwich e o Dia do Orgulho

Em Nova Iorque, no dia 28 de Junho de 1969 o bar Stonewall-Inn de Greenwich foi cenário de mais umha redada policial sob a alegação de falta de licença para a venda de bebidas, e todos os travestis que se encontravam no bar fôrom detidos. Stonewall era um bar frequentado por gais, lésbicas e travestis em Nova York no final da década de 60 que se destacava dos outros por permitir que os casais de mesmo sexo bailassem

à vontade. É claro que, como todos os outros bares de ambiente na cidade, Stonewall estava sujeito a contínuas visitas policiais sob um pretexto qualquer, geralmente por falta de licença para vender bebidas alcoólicas. A acção policial consistia em fechar o estabelecimento e levar presos a todos os homens ou mulheres que estivessem travestidos.

Mas neste dia, as cousas fôrom diferentes. Três travestis foram empurradas para dentro da carrinha, junto ao barman e um outro funcionário, sob os apupos da multidude. Alguém gritou incentivando o povo a tombar a carrinha da polícia. Saiu umha lesbiana do bar que começou umha peleja com os polícias. Automaticamente, começou a cair umha chuva de objectos sobre a polícia, que ante a inusitada resposta, refugiara-se dentro do próprio Stonewall para se proteger. Enquanto os homossexuais começaram literalmente, a atear fogo ao bar, a polícia apontou extintores e mangueiras, mandando água em direcção à furiosa multidude. A pesar da chegada de reforços policias, os distúrbios acrescentárom a sua força, atirando pedras, tijolos e garrafas à polícia e pegando fogo aos contentores do lixo. Quando finalmente conseguiu acalmar a situação, a polícia voltou para a esquadra com um saldo de 13 presos.

No dia seguinte os polícias voltaram ao bar. Mas a multidom de gais, lésbicas e travestis também voltou mais organizada, com uma atitude mais política, começando a fazer pintadas nas vitrinas e nas paredes com legendas que reclamavam iguais direitos, enquanto se gritavam consignas exigindo o fim das redadas nos bares gais. Novamente a multidude atirou pedras e garrafas contra a polícia, que nom precisou de provocação alguma para carregar novamente contra os manifestantes.

Os homossexuais contaram com a solidariedade dos habitantes locais e só se pujo fim aos distúrbios desse dia quando o Presidente da Câmara deu ordem de acabar com a violência policial.

No terceiro dia, um domingo, as cousas pareciam ter voltado ao normal e o bar Stonewall foi reaberto. Os seus clientes habituais voltaram, a polícia deixou-os em paz por um tempo e os jornais acabaram por se ocupar de outros assuntos.

Mas algo tinha cambiado. As décadas de repressom policial, agressions, assassinatos e violência estatal contra gais, lesbianas e transexuais chegou ao topo, e estourou em vários dias de enfrentamentos, distúrbios e combate contra as forças armadas policiais. Mas nom só, o exemplo de luta popular conseqüente assinou a acta de nascimento do movimento LGTB, especialmente por ter atingido a vitória contra a repressom numha batalha, se bem a guerra ainda está por decidir-se.

5.1.3.- Perigos para o movimento LGBT

a) A institucionalização paulatina

O dia do Orgulho LGBT reivindica e quer lembrar estes factos. Mas a necessidade de anestesiar os movimentos com conteúdo lesivo para os interesses do sistema temhem propiciado a deturpação da lembrança desta comemoração, do mesmo jeito que se fai com o Dia do Internacionalismo Proletário, que passa a ser o inofensivo dia do trabalho, ou o nosso Dia da Pátria que se reformula no esterilizado dia de "Galicia". Mas a tentativa de voltar inofensivo o movimento LGTB vai muito além disto, e está estreitamente ligada à mercantilização das reivindicações deste colectivo, umha viagem sem retorno da acção directa até a parada final do cenário mercantil. É assim como explicamos a paulatina assimilação do sistema, nomeadamente da socialdemocracia e as pséudo-esquerdas reformistas das reivindicações LGBT, previamente amputadas das suas implicações mais rupturistas e mesmo revolucionárias. Assume-se todo o festivo, colorido e estrambótico desde a olhadela da sexualidade dominante, fechando

o conteúdo de combate e exigência de direitos demonstrado em Stonewall num cave olvidado e escuro.

Com estas chaves entendemos a transformação do Dia do Orgulho num desfile festivo, revestido do pacifismo vácuo e centrado na diversom e na festa, apoiado polos partidos institucionáis que ante as câmaras defendem o matrimónio gai e na prática apostam polo machismo, o heterossexismo e a violência contra os mesmos colectivos aos que umha vez ao ano lhes dam “permisso” para sair do armário. Um exemplo, a hipócrita medida estrela nesta matéria tomada polo PSOE, que conseguiu levar à desmobilizaçom a um sector importante dos colectivos homossexuais e transexuais do Estado espanhol. O partido de ZP conseguiu vender como um avanço qualitativo umha medida que nom passa da simples parafernália superficial. Tem muito a ver com as correntes do feminismo burguês que reivindicam o acesso da mulher ao exército e à Igreja, enquanto se esquece toda necessidade de transformaçom estrutural das condições que possibilitam o submetimento da mulher ao homem graças ao patriarcado. A falta dumha focagem revolucionária, a despolitizaçom, e assunçom das pautas de alienaçom burguesas em todos os âmbitos excepto quiçá o sexual, a perda de combatividade, a institucionalizaçom e renúncia à actividade reivindicativa som algumas das características que definem na actualidade a um movimento que nasceu em resposta à repressom intolerável, é que decidiu há já várias décadas, responder ao lume com lume. Isto sem renunciar ao que significa a transgressom das normas de sexo, género e orientaçom sexual do patriarcado que significa a vivência pública da homossexualidade ou da transexualidade, mas sempre unidos de jeito dialéctico a conteúdos verdadeiramente emancipadores.

Nom queremos de nengumha maneira minusvalorar as experiências e trajectórias que demonstrárom praticar de palavra e acto a açom directa na luta LGBT, e que defendem a resposta à violência do sistema com o combate conseqüente contra a mesma, mas estes colectivos e organizaçom temem polo de agora umha introduçom pequena no movimento, em especial no Estado espanhol e na Galiza. Contudo, som estas correntes sobre as que recairá no futuro a responsabilidade de recuperar para o movimento LGBT o conteúdo revolucionário que precisa para voltar a ser um arma efectiva contra o sistema, e nom um movimento esporádico, inofensivo e dirigido desde o poder, e que muito ao contrário sirva para avançar no caminho dumha verdadeira emancipaçom sexual.

b) A metafísica no movimento de emancipaçom sexual: A ideologia Queer

No interior do movimento social existem duas correntes quanto à concepçom teórica de sexualidade que temem repercussomns práticas à hora de articular as reivindicaçomns e a luta. Se bem os primeiros estudos gais e lésbicos acunhárom a divissom LGBT (Lésbico-Gai-Bi-Trans), que posteriormente passaria a ser LGBTQI (Queer-Intersexum) na década de 90 surgiu em círculos académicos umha nova tendência, inserta na corrente pós-estruturalista de origem francesa, que advogava pola supressom das categorias de identidade de género e orientaçom sexual. Inspirados na obra de Foucault e Derrida, defendem a diversidade e dissociaçom dos sujeitos, rechaçam a classificaçom em categorias sociais e sexuais, assim como os conceitos de identidade colectiva, proclamam que o ser humano é em exclusiva um ser sexual multifacético e indefinível, e que etiquetas como homossexual, bissexual e transexual só existem como antagonismo negativo e pejorativo de heterossexual, polo que o caminho para a libertaçom passa por nom assumir essa contraposiçom de termos.

Frente às/aos Queer, @s LGBT sostemos que a discriminaçom sexual em funçom do género e a opçom sexual nom podem abolir-se por umha mera acta assinada num dgavinete universitário, e que os colectivos lésbicos, gais, bissexuais e transexuais temem

umha frente comum de batalha ainda que nom possuam necessidades, prioridades, visibilizaçom e grau de opressom idênticos. Une-nos a discriminaçom e violênciã que sofremos por vivermos com orgulho umha sexualidade demonizada e afastada dos canones permitidos. Tentar fazer caso omiso destas diferenças como se nom existissem, é cientificamente absurdo, e inclusive peca de infantilismo esquerdista. Por outra banda, a matriz academicista pequeno-burguesa da que nasce o Queer, marcou umhas características fortemente acentuadas, como som o elitismo individualista que carga as tintas no isolado, no individual e no concreto, o que se refleta no emprego de linguagem muito complicada, por vezes ininteligível e dissociada da realidade, que nom se propom chegar às massas e fica restricta a selectos sectores intelectuais, recreiando-se em sim mesma e nos seus quebros e fintas literárias. Destaca o seu carácter metafísico e filoacratóide que renúncia a explicar a realidade material mediante a análise rigorosa para esvaír-se num totum revolutum de identidades, sujeitos, conectividades e demais plurais que impossibilitam achar soluçoms teóricas e luitas práticas.

As floriturãs na linguagem e o barroco na argumentaçom conseguem dar soluçoms teóricas nem expressoms práticas que suponham atingir avanços na luta. A nasçença destas teorias no exclusivo clube da pequena burguesia universitária, enquadradas nas atomizadoras teorias póst, dá-nos umha ideia do afastadas que as mesmas estam da realidade material que devemos transformar, e suponhem um handicap para a necessária recomposiçom do movimento LGTB, que deve ligar a sua luta concreta a outras, enriquecer-se do contacto com outros movimentos sociais e correntes das esquerdas em geral e da revolucionária em particular, e ser capaz de enquadrar as suas reivindicaçoms sexuais em contextos de luta mais amplos como o de libertaçom nacional e de classe. Pola contra, centrar-nos no *guetto* privado da nossa luta concreta e rechaçar todo tipo de teoria que nom tome ao indivíduo como base nom deixa de ser umha transmissom directa do "divide e vencerás" que nom só nom dana ao sistema, mas reforça o seu poder.

5.1.4.- Outros perigos para o movimento LGBT

Um dos grandes desejos do capitalismo e os estados burgueses que o substentam tem sido absorber e digerir os movimentos sociais que se opunham a ele, ou que polo menos danavam os seus interesses. O caso das reivindicaçoms LGBT nom som umha excepçom, e a máquina de alienaçom ideológica do Capital tem atingido algumas vitórias parciais das que devemos ser conscientes de querermos ter êxito na nossa luta profunda, radical e consequente.

Para isto devemos ir além das concessoms epidérmicas que conjuntamente e por necessidade o sistema outorga para relaxar a tensom social (caso do matrimónio gai), para sermos conscientes dos ataques que recebemos desde outras frentes menos evidentes, e que restam eficácia, objectivo, forças e radicalidade à nossa luta contra o heterossexismo e a imposiçom sexual.

Um destes perigos é desconsiderar o machismo e a violênciã contra a mulher dentro do próprio movimento. A assunçom de estereótipos binários de género-sexo podem levar-nos a pensar erroneamente que a homossexualidade num homem anula os benefícios que este desfruta polo mero facto de pertencer ao seu sexo numha sociedade patriarcal, do mesmo jeito que às vezes podemos escutar a tese também errada de que umha mulher nom pode ser machista. É assim como explicamos que a maior visibilizaçom da homossexualidade permitida pola imprensa e o sistema burguês restringe-se a homes homossexuais, ficando as mulheres relegadas à clandestinidade mediática e social. Devemos ter em conta que as mulheres homossexuais som duplamente oprimidas, em quanto a lesbianas pola sua orientaçom sexual, e como mulheres polo sistema patriarcal. Mas nom só, estas opressoms podem ser acrescentadas de pertencer a mulher às

grandes camadas de trabalhadoras exploradas, viver num contexto de submetimento nacional como o galego, pertencer a grupos marginalizados por motivos raciais, etc. Como vemos, a luta feminista tem espaço claro também neste movimento, e que deve ser ligado com outros tipos de exploração e opressão que a mulher sofre em função do seu contexto.

O capitalismo persegue a fim de pôr-lhe a todo um preço, de submeter todos os câmpos das nossas vidas às leis da oferta e da demanda, constituindo um processo muito efectivo para neutralizar protestos e mobilizações. É neste âmbito que inserimos o fomento do consumismo irracional, a través da posta em andamento do negócio dos produtos específicos (os chamados cartos rosas) para homossexuais, na sua maioria, como nom, para homens. A criação dum mercado ligado a membros do movimento serve a dous objectivos principais. Um, criar a falsa imagem dum colectivo tolerado e integrado polo mero facto de existirem produtos especializados; dous, reforçar a imagem do estereotipo de gai: Homem branco, com corpo escultural de ginásio, de classe média-alta e com alto salário e nível aquisitivo. Este estereotipo é um reclamo da violência simbólica que nos obriga a adaptar-nos aos canones corporais que marca o sistema, impossíveis de atingir para a maioria de nós quando deveria ser ao invés, e ao mesmo tempo contribui a invisibilizar a componente de classe, nação e sexo que a reivindicação LGBT possui. O fomento do consumismo, a tentativa de comprazer aos sectores do nosso movimento mais privilegiados, nom impede ver que a maioria das pessoas com orientações sexuais fora da norma burguesa tenhem-no proporcionalmente mais difícil para a vivência da sua sexualidade quanto piores condições económicas sofra, e desde logo essas dificuldades nom vam a ser solucionadas por muito que haja vinte tendas diferentes de moda e produtos gais nas nossas ruas.

Ligamos isto com outro perigo mui real, que é a despolitização existente no movimento LGBT, que permite que ameaças para a nossa continuidade como as vistas arriba passem inadvertidas para muit@s de nós, incapacitando-nos para fazer-lhes frente. Desde logo, nom nos referimos ao mais que merecido desprezo que a política e instituições burguesas se tenhem ganhado a pulso. Incluso neste terreno ocorre o contrário: Há um progressivo plegamento do movimento aos interesses eleitoralistas dos partidos que logo analisaremos melhor ao falar da Galiza, e umha dependência institucional da que já falamos. Referimo-nos à formação em teoria e prática de esquerdas e revolucionária que nos permita identificar e combater estes perigos dos que estamos a enumerar, que sirvam para aunar forças e transformar a realidade.

É esta despolitização a que volta o nosso tecido organizativo permeável à mercantilização e ao consumismo, assim como a assunção acrítica das ideologias de estados opressores como o espanhol, facilita a invisibilização das diferenças irreconciliáveis de classe no seio do movimento, etc. Desde logo, nom é o mesmo ser um homem homossexual membro da alta caste altíssimamente remunerada da judicatura repressiva espanhola (caso de Grande Marlaska) que ser um jovem gai das camadas trabalhadoras da juventude hostelreira em Compostela, ou umha mulher labrega lesbiana numha vila de Serra Leona. A explicação das necessidades que por classe, sexo e nação tenhem uns e outra só se pode dar de jeito satisfatório desde umha óptica marxista, independente e antipatriarcal, que permita criar canais de comunicação que fortaleçam os movimentos sociais em lugar de transformá-los em *guettos* isolados e sem horizontes estratégicos para além da sua reivindicação concreta.

5.2 Homofobia, transfobia e violência sistémica contra o movimento LGBT

5.2.1.- Vigência actual da lesbigaytransfobia e a sua instrumentalização

A evidência mais palpável e cercana de que a comunidade LGBTQI segue a ser objecto

de perseguições, suspensão de direitos, calúnias de todo o tipo e sobretudo de violência, é a existência e crescimento da homo e transfobia, é dizer, o ódio criado pelo capitalismo e o patriarcado e dirigido a través de diversos canais contra homossexuais e transexuais.

Nom estamos a falar do franquismo, nem da Idade Média, referimo-nos ao aqui e agora, o ocidente “civilizado” do século XXI, onde a homossexualidade e a transexualidade pagam-se, às vezes com a vida. Fagamos memória para lembrar a década de 90 e a exclusão da homossexualidade da listagem de enfermidades da OMS, que por certo, prepara na actualidade a retirada da transexualidade que a dia de hoje segue a considerar-se oficialmente umha doença. Lembremos o recente assassinato de Gisberta, prostituta transexual portuguesa que foi violada, torturada e assassinada por evidentes razões de transfobia.

Fagamos memória para nom esquecer a delirante identificação que a Igreja católica fai entre homossexualidade e pederastia (essa mesma Igreja que acusa às crianças de provocar aos sacerdotes que agredem sexualmente a menores), a sua fanática defesa da família patriarcal, e a sua aliança com a ultra-direita fascista que tem sido um dos mecanismos privilegiados de criação desta violência que vai desde os filmes de Hollywood, onde a homossexualidade e transexualidade é tratada como algo repugnante ou no melhor dos casos graçoso; até as malheiras organizadas por grupos de neo-fascistas nas ruas das nossas cidades.

É de assinalar que esta violência, interiorizada a través do processo educativo burguês e transformada a mais das vezes em autorrepressão sexual, é muito mais perniciosa nos primeiros anos da juventude, quando a falta de referentes alternativos fora da mãe e o pai alimentam a insegurança e o auto-ódio, que pode levar desde a assunção imposta dum modelo sexual alheio, até o suicídio.

Por outra banda, esta violência contra a homo e transexualidade é empregada polos próprios estados burgueses quando assim o precisarem, dum jeito similar a como o fam com a violência machista e as mulheres assassinadas a mãos de companheiros, noivos e maridos. Como exemplos pode servir o espectáculo montado há uns anos pola intelectualidade mercenária estadounidense e @s sóci@s europeí@s, que descobrêrom de súpeto que o burka e a situação da mulher em Afeganistão era insuportável, dando-lhe cobertura a umha invasão militar imperialista a qual nada lhe importava menos que os direitos da mulher afegã. Assim mesmo, na actualidade, enquanto o Pentágono tateia um novo ataque ao “eixo do mal” esta vez encarnado no Irão; de súpeto comecem a escutar-se vozes que denunciam os enforcamentos de homossexuais em países de Oriente Próximo, em especial, que curioso, no próprio Irão. Até este momento, ninguém mexeu um dedo por estes mortos, a ninguém preocupou esta violência, nem outras similares que tenham lugar em países aliados do imperialismo estadounidense. Parece como se a pena de morte para a homossexualidade acontecesse só neste país.

A poderosa maquinária propagandística dos EUA emprega de novo umha reivindicação legítima e necessária, a luta dos colectivos LGBT, como coarctada ideológica para arrassar e espoliar um país, como em tempos se fixera com o feminismo e o burka, tema agora já completamente olvidado, depois de ter servido ao interesse concreto. É tarefa nossa sermos capazes de assinalar a instrumentalização que se fai das reivindicações do movimento para garantir interesses geoestratégicos das potências capitalistas, e desmarcar-nos das mesmas sem por isso deixar de sermos críticos e conseqüentes na análise e denúncia da situação nestes países.

Desde logo, é mui fácil botar-se as mãos à cabeça com o “incivilizado” do que acontece

em Irám, Nigéria, Arábia Saudita ou Nicarágua; mas a maioria das vezes a criação destas polémicas persegue o objectivo secundário de distraer a atenção do que ocorre no politicamente correcto ocidente, o qual se gaba de nom penalizar as relações homossexuais. Vejamos se a situação dá para orgulharmo-nos tanto.

5.2.2.- Ofensiva homo-transfóbica no ocidente capitalista e no Estado espanhol

Em declarações recentes à rádio TOK FM, o viceministro polaco de Educação, Marek Orzechowski anunciava que quem reconhecer e "propagasse" a sua homossexualidade nom poderá exercer de professor nas escolas de Polónia. É este mesmo governo adscrito à democrática UE o que repreme com cargas policiais e detenções as manifestações do Dia do Orgulho LGBT, e cujos membros da Assembleia Nacional declarárom em 2006 que se os "desviados" começavam a manifestar-se, haveria que espancá-l@s a porradas. Malheiras impunes na rua por grupos de extrema direita, proibição de actos LGBT e perseguição policial, aí temos o respeito aos direitos humanos para a comunidade europeia internacional.

Noutros países amigos como a Rússia, as manifestações som também perseguidas e @s manifestantes agredid@s pola ultra-direita enquanto a polícia olha para outro lado, em Canadá está proibida a doação de órgãos ou sangue de homossexuais e transsexuais por considerar-se esta ter mais probabilidades de ser "contagiosa", a França acaba de ser condenada polo Tribunal europeu por impedir umha adopção a umha professora lesbiana reconhecida aludindo à sua "ambigua" relação com a sua companheira, nos EUA as agressões, torturas e violações protagonizadas polas forças policiais e funcionários de prissons contra homossexuais e transgéneros, em especial inmigrantes, estão a acrescentar-se de jeito espectacular... Este é o panorama do *primeiro mundo*, dos países das oportunidades, da opulência, do progresso, das liberdades e em definitiva, das democracias capitalistas.

Nom é a primeira vez que se realizam inquéritos que reflectem umha cada vez maior tolerância face a inmigração, a homossexualidade, e outras "anormalidades aceites" pola democracia burguesa. Mas como acabamos de ver, a realidade a pé de rua é bem diferente. Podemos falar dumha dissociação entre o politicamente correcto, os valores do teórico consenso, o sacralizado respeito às opiniões e a neorreligião dos valores democráticos; frente à ideologia real que encontramos por trás de escarvamos um pouco, potenciada desde os média, no lazer, nas escolas e nas relações de dominação social. A hipocrisia, a dupla moral e as palavras esvaziadas de significado som sempre ingredientes do cóctel burguês da violência. É neste contexto de homofobia e heterossexismo encuberto mas generalizado que analisamos a situação no Estado espanhol.

Umha tese estrela do reformismo tem sido e segue a ser arrogar à educação em sentido abstracto a capacidade de fazer desaparecer qualquer conflito social. Assassínatos de mulheres, associações de neonazis e extrema-direita ou agressões a colectivos marginalizados, todos som "lacras", "desgraças" ou "tragédias" que podem ser curadas com doses da boa educação, e que irám desaparecendo a medida que o progresso dos novos tempos as fagam anacrónicas. O que esta tese agocha é que a própria educação é umha fábrica em cadeia destas lacras, e que a história nom funciona de jeito teleológico, caminhando sempre face o progresso e o bem-estar social. 500 anos de capitalismo testemunham todo o contrário: as cousas podem ir a pior, e o caso da lesbigaytransfobia nom vai ser umha excepção. Abordamos as consequências da inexistência da matéria de educação sexual para a juventude, e esta é quiçá a mais importante ao preparar à mocidade para ser a correia de transmissão da violência do

heterossexismo e do patriarcado.

Os inquéritos realizados por COGAM (Colectivo de gays, lesbianas, transexuais e bissexuais de Madrid) em centros de secundária durante os anos 2005 e 2006 pugêrom de manifesto as grandes dificuldades de socializaçom que sofriam @s adolescentes LGBT, além de debuxar um panorama preto para a juventude com orientaçoms sexuais diferentes no Estado espanhol. As declaraçoms dum moço da primeira sondagem som contundentes: "Existem os gays, pessoas normais que nom pregonom a sua orientaçom sexual; e as mariconas, que estãm berrando que querem sexo e o bem que o passam. Essa gente dá-me nojo, merecem um desprezo total". Nestas afirmaçoms expreme-se umha boa quantidade de tópicos heterossexistas e homofóbicos que o sistema quer imprimir a lume na mente da juventude, como garante da exploraçom e dominaçom sexual heterossexista no futuro, quando estas/es jovens passem ao mundo do trabalho e devam exercer a opressom sobre homens e sobretudo mulheres LGBT. No segundo inquérito, que entrevistou 65% da populaçom escolarizada (11 a 19 anos) de dous municípios, um madrilenho e outro canário. O 64% dos jovens rechaçam ver a dous homens dando-se um beijo, é dizer, quase 3 de cada 4 jovens tenhem umha posiçom claramente homofóbica perante o simples facto dumha mostra de carinho. O caso das moças é radicalmente oposto, exactamente a mesma percentagem (uns 64%) carece de problemas à hora de presenciar um acto tam normal como este.

Mas que aconteceu quando a pergunta se referia à mostras de carinho entre duas mulheres? Pois que 57% dos moços perguntados expressou que lhe pareceria bem, inclusive uns 13% tentaria engatar com companheiras lesbianas, enquanto entre as adolescentes a percentagem quase nom varia. Esta é umha mostra claríssima de machismo que afecta e impregna também à homofobia, já que o heterossexismo e a ideologia falocêntrica que implica vê pouca ou nengumha ameaça ao mito do macho dominante nas relaçoms lésbicas, já que ao nom existir falo nem homem, som vividas como jogos eróticos mui atraitantes para os heterossexuais. Lembremos que na pornografia de massas, desenhada na sua imensa maioria para o consumo de homes, as sequências lésbicas mui frequentes, quase obrigadas. Como um dos moços entrevistados dizia "Desprezar aos gays fai-te mais macho". Definitória e definitiva sentença, à que podemos engadir alguns dados mais para enquadrá-la totalmente. O 16% de jovens mudaria de sítio de saber que o seu companheiro de mesa é gay, 8% no caso de ser lesbiana, e quase 19% de ser transexual. Como vimos, a homofobia e transfobia é muito mais forte nos moços, mais da metade dos quais pensam que sofreriam rechaço e agressions no caso de serem gays.

Os autores do estudo assinalam que estas cifras estãm desajustadas da realidade, já que os centros privados (na sua maioria católicos), negárom-se a que @s seus/suas alun@s participassem, o que elevaria fortemente os dados de lesbigaytransfobia. É salientável o forte grau de ódio que recebe a transexualidade neste inquérito, o qual se corresponde directamente com a realidade. O colectivo transexual é o mais odiado, marginalizado e reprimido dos integrantes do movimento LGBT. As suas dificuldades para desenvolver umha vida normal som praticamente insalváveis, vendo-se obrigadas em muitas occasions a prostituir-se, já que quiçá seja o colectivos LGBT que possui menos direitos e sofre mais ataques (paradigmático o caso da Gisberta). A marginalizaçom social, a exclussom social, os impedimentos para a vida laboral e a dependência de serviços privados para a intervençom som só alguns dos intermináveis obstáculos que tenhem de afrontar @s transexuais; e suponhem um maior grau de violência que sofrem @s transexuais com respeito a outras opçoms de orientaçom nom heterossexistas. Se bem a eliminaçom da transexualidade como enfermidade mental recolhida no catálogo da OMS está a ter lugar na actualidade, merece um sério análise, com pola sua transcendência, evidentemente escassa ou nula para melhorar as condiçoms diárias

deste colectivo, se nom como excussa reactivadora das mobilizações do integrismo católico e a direita, impensável para as mentes privilegiadas do fascismo católico. Assim o figêrom saber a travês dos seus média, com mençom especial para a COPE, que ganhou o lugar dos pessos pessos da manipulação, deturpaçom e mentira informativa transfóbica num programa de César Vidal, no que do mesmo jeito que Galicia Bilingüe afirmava que as crianças e professores vem-se obrigad@s a falar em galego contra a sua vontade, se explicava a decisom de riscar a transexualidade da listagem de doenças da OMS como umha resposta à “pressom violenta” de grupos organizados que conseguiram que @s psiquiatras e psicólog@s estadounidenses, “aterrorizad@s”, tomassem esta decisom. Fazia-se assim um malabarismo impossível no que @s violentad@s passavam a ser @s violent@s, e os apologistas e executores do heterossexismo passavam a ser as vítimas. Noutro programa da mesma cadeia, Cristina López Schlichting tentava “curar” a homossexualidade desde os microfones da cadeia episcopal.

Este ataque mediático organizado e dirigido recrudescu-se com o achegamento paulatino das eleiçoms de 9 de Março, enquanto o PP fechava filas com a Conferência Episcopal na sua histórica defesa da família patriarcal, que obviamente, é irreconciliavelmente contrária à reivindicação da transexualidade como opçom sexual legítima. Paralelamente, o PSOE tenta confundir e criar expectativas de mudança que em nenhum momento está disposto a cumprir, tentando criar umha falsa distância política com o PP. Temos o exemplo das duas maças envenenadas recentemente concedidas (o matrimónio homossexual e a Lei de Identidade de Género), que segundo o governo socialdemocrata perigam pola possível chegada do PP ao governo do estado espanhol. Estas duas medidas, de importância mui discutível, e a sua imminente perda em caso de vitória de Rajoy nom deixam de ser umha mera distraçom mais do que umha conquista real, em especial polo pouco transcendental que é a concessom do direito ao matrimónio, que por umha banda funciona como efectivo anestésico para as nossas reivindicações e por outro é resultom para mobilizar o “voto útil” que impida retroceder em tam minúsculos avanços. O PSOE tem rendabilizado até o ridículo o equiparamento legal dum direito católico recauchutado em civil como é o matrimónio, ou umha lei claramente transfóbica e heterossexista como é a de Identidade de Género, mantendo intactas o resto de estruturas de dominaçom e repressom sexual. A legislaçom que tanto enarbolam como o mais do mais em legislaçom sexual abriu no seu momento falsas expectativas em nom poucos sectores do colectivo, ao jogar com a possibilidade de incluir as operaçoms de câmbio de sexo na Segurança Social, como se declarara oficialmente nas reunions de 2007 do *Conselho Interterritorial de Saúde* espanhol, prometendo a sua inclusom nos serviços comuns a partir de 2008. Mas como sempre acontece com a política burguesa, à hora da verdade todo fica em águas de bacalhau, e resolveu o problema da identidade sexual criando umha comissom de trabalho formada exclusivamente por científicos (entendemos que heterossexuais) excluindo aos colectivos LGBT e impondo o seguimento psiquiátrico obrigatório para @s transexuais operad@s. É dizer, que desde a socialdemocracia de ZP segue a considerar-se umha enfermidade, situando-se na prática no mesmo bando que PP, arcebispos e monjas.

No entanto, o PSOE tenta por todos os meios mostrar-se como a antítese política do PP, quando ambos os partidos mantemem a populaçom LGBT sob os mesmos parâmetros gerais heterossexistas de até o de agora. Como vemos, criou-se um mundo virtual e muito útil para o turnismo efectivo imperante no que o PP homofóbico se contrapom a um PSOE de esquerdas e comprometido com os direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais; que serve de tramóia para um PSOE sexista, retrógrado e transfóbico.

5.3 Situaçom actual do movimento LGBT galego

5.3.1.- Instrumentalização e desmobilização

A situação do movimento na Galiza apresenta os mesmos traços gerais que encontramos noutros estados e nações próximos. As maçãs envenenadas do PSOE das que antes falamos (matrimónio homossexual e *Lei de Identidade de Género*), têm sido comidas por sectores amplos da comunidade LGBT, sobretudo após a eficaz transmissão das ordens dos ministérios espanhóis efectivizada pelo governo autonómico.

A actuação do PSdG nom merece especial atenção, já que nom deixa de ser a filial do PSOE na Galiza, obedecendo nuns 100% as decisões tomadas em Madrid e assume como próprias os frutos tóxicos de que falamos antes. Algo mais devagar deve ser a análise dos seus sócios minoritários, o BNG, que vai a exercer a mesma política eleitoralista mas com umha estratégia diferente, já implementada noutros ocasiões como na da surpreendente proposta de novo estatuto para a Galiza, onde se recolhiam reivindicações relativamente avançadas para os baremos do Bloco, e que rapidamente seriam retiradas quando assim o esigirom os partidos espanholistas. Neste caso aconteceu algo semelhante, quando o BNG apresentou umha proposição nom de lei para a criação de unidades cirúrgicas que realizariam o câmbio de sexo de balde, dependentes do SERGAS. É de salientar que o BNG queria incluir também o tratamento psicológico aos transexuais que desejassem operar-se, mas é mias importante ainda o que aconteceu quando a proposta chegou ao Parlamentinho galego.

O PSOE, tal e como aguardava o BNG, puxo freio à assunção desta competência, objectando (e aqui concordava-se plenamente com o PP), que essa decisão devia ser tomada polo governo espanhol, e nom o autonómico. Automaticamente, o Bloco acatou o mandato submissamente, como nos tem acostumad@s, transformando a proposição que criara expectativas no colectivo transexual galego numha descafeinada petição ao *Conselho Interterritorial de Sanidade* (esse que segue a considerar a transexualidade umha doença) para que inclua a intervenção de mudança de sexo como serviço público. Por outra banda, esta proposta nom tinha nada de rompedora: Já existem outras comunidades autónomas que sufragam a operação, enquanto na Galiza seguem a ser, e polo visto seguirám a ser, as clínicas privadas as que ganhem entre 15.000 e 24.000 euros com cada câmbio de sexo. Por suposto, tanto PSOE como o BNG, e nom esquezamos que também o PP, concordam em que esta operação deve ser gratuita, mas à hora da verdade existia umha oposição férrea do PP por evidentes razons, outra do PSOE por contradizer as pautas marcadas desde Madrid pola executiva do partido, e para finalizar umha incapacidade do BNG para levar avante nada que nom tenha a graça concedida dos seus sócios na Junta.

O colectivo TransGaliza definiu isto, e com razom, como umha vitória pírrica, embora o Bloco tenha explorado esta derrota manifesta como um avanço importante, inclusive quando já nos cálculos prévios se fazia evidente que os dous partidos espanhóis nom iam permitir o passo da proposta. Outro exemplo de jogar a ser o que nom se é, de apresentar propostas que logo nom vam ser defendidas, de vender-se como representantes de grupos marginalizados como o nosso mas abandonando-nos na prática quando é necessária dar a batalha. É o conto sem final da política institucional.

Medidas pantasma como estas som as que mantemem à comunidade LGBT sem direitos efectivos, adurminhada na esperança fútil de que as mudanças se realizarem pouco a pouco, que há que ter paciência, que antes ou depois nos escutarám. A realidade é tozuda, e nos diz o contrário: A lesbisgaytransfobia medra também na Galiza, se nos marginaliza aos bares "de ambiente" fora dos quais sofremos agressões por nos tocar ou beijar, se nos exclui dos debates políticos nos que estão a jogar-se os nossos direitos, e, em definitiva, nom somos don@s da nossa sexualidade, mas também nom nos dam alternativas críveis para atingí-la.

Os partidos institucionais que nos negam esses direitos (PSOE, BNG e PP), som exactamente os mesmos que estam interessados em manter-nos dominad@s, à espreita, desmobilizad@s e submiss@s. Saca-se-nos a festas e actos de galeria para tentar demonstrar umha integraçom inexistente, para maquilhar a conclussom óbvia de que se queremos conquistar o que nos pertence, nom podemos aguardar que a caste política da burocracia autonomista ou estatal, que se preocupa exclusivamente de si própria, vaia a dar-no-los sem nós os exigir.

5.3.2.- Desafios e reptos para o movimento LGBT

Todo o visto de agora leva-nos a umha série de conclussons que se podem exprimer numha só: O único caminho para atingir a nossa liberdade sexual no senso pleno, emancipatório e profundo do termo, é a luta. E isso nom é algo novo. O sabiam@s companheir@s de Greenwich quando se enfrentárom encomiavelmente à polícia neiorquina, sabem-no muit@s d@s companheir@s que som agredid@s, espancad@s, insultad@s, marginalizad@s todos os dias em aulas, trabalhos e na noite, e sabemo-lo nós, a juventude trabalhadora, porque sofremos a repressom sexual a través do poder adulto nas próprias carnes.

É necessário reagir, superar a ressaca das migalhas deitadas no chao por ZP, Tourinho e Quintana; e esigir umha dignidade que nos arrebatam nas ruas, a través da agitaçom e da propaganda, da criaçom de espaços próprios autogeridos, da reflexom profunda sobre o significado da sexualidade à que modestamente aguardamos que este dossier contribuisse nalgumha medida. Nom queremos ser iguais aos/às heterossexuais, poder casar-nos como elas/es ou que se normalice a nossa presença no exército ou na Igreja: Queremos abolir o heterossexismo e o patriarcado do mesmo jeito que devemos ser contra exércitos e religions, desde umha perspectiva englobadora e de inquestionáveis parâmetros de esquerda. Para isto, devemos de analisar com lupa o que está ocorrendo no nosso movimento, esterilizá-lo de reformismos e conteúdos retrógrados, disgregadores e microanálises, aprofundar e conhecer as contradicçoms que nele se dam, o que nos separa em objectivose o que nos une na luta. Lesbianas, gays, transexuais e bissexuais apresentam muitas diferenças e necessidades específicas como vemos, mas a luta por umha sexualidade livre é multifacética, deve englobar sem esquecer nem passar por alto a diversidade inerente a um colectivo que continua a ser um, embora esteja na actualidade a dormir o sonho da democracia institucional que nunca existiu.

É fulcral que foquemos o nosso movimento desde umha perspectiva de classe, porque a sexualidade está também encorsetada pola opressom sobre@s trabalhadores/as, muito mais desde que o capitalismo a converteu numha mercadoria mais, encorsetando as suas possibilidades na sociedade binária do patriarcado que tam bem serve aos interesses da classe dominante. O rechaço da mercantilizaçom, a visibilizaçom da opressom sexual na maioria social é um passo ainda por dar para o movimento LGBT.

Temos de beber das teses do feminismo, já que a exploraçom sexual da mulher e a luta pola libertaçom sexual som tam património nosso como seu; o patriarcado e o machismo também estam instalados no movimento, e só o feminismo de classe pode plantar-lhes frente dar umha alternativa. Por outra banda, a espanholizaçom entre nós é também alarmante, em especial quando o machismo sempre estivo ligado ao espanholismo desde os seus primeiros passos. A reinvidicaçom nacional nom deve ser alheia a nós, especialmente quando o próprio estado espanhol é responsável directo da legislaçom homo e transfóbica que suportamos. O projecto de organizaçoms da esquerda independentista como BRIGA tem como objectivo a plena liberdade sexual e a destruiçom do patriarcado, mas também a independência nacional da Galiza, facto em

si próprio muito positivo à hora de nom ter de acatar decissons de governos completamente alheios à nossa realidade e necessidades.

Por último, devemos lutar contra o generalizado desconhecimento das propostas e alternativas que a teoria e prática revolucionárias possuem para o movimento LGBT, popularizar as saídas factíveis e reais que a esquerda consequente assinala, essa esquerda que levaremos à rua no combate directo contra a lesbigaytransfobia, e que nom cederá ante ameaças nem confiará nos votos comprados do Parlamentinho. Devemos recolher a bandeira do arcoiris de Stonewall, e declarar com orgulho o que somos, porque nem o PSOE-BNG nem muito menos o PP vam a construir-nos a sociedade que esigimos e reclamamos com orgulho de ser quem somos.

6.- TABELA REIVINDICATIVA: ALTERNATIVAS À VISOM INSTITUCIONAL DA SEXUALIDADE

Em Junho de 2005, a derrota do Partido Popular nas eleições autonómicas e a formação dum governo autonómico entre o PSOE e o BNG, abria, aos olhos de muitos jovens, um periodo de “mudanças” que deveria por fim a um periodo no que a sexualidade da mocidade galega foi vítima do fundamentalismo católico e do heterossexismo militante dos sucessivos governos do fraguismo.

Entendemos que a análise que aportamos ao longo das páginas deste dossier, muitas dedicadas a analisar a gestom institucional do bipartido da sexualidade juvenil, somada as denúncias das entidades e organizaçoms feministas e LGTB, som a melhor evidência de que apenas vivemos um câmbio nas formas, mas nom no fundo. A pouco de rematar PSOE e BNG a primerira legislatura do “câmbio”, é mais do que evidente que fora da propaganda institucional auto-complacente, nom há vontade real de abordar nem superar a criminal ordem sexual imposta polo capitalismo e o patriarcado.

Apesar da evidente falta de vontade do bipartido, nom renunciamos a apresentar umha tabela reivindicativa, que de forma resumida exprimem as principais reivindicaçoms de mínimos no caminho de dinamitar a ordem sexual imperante.

- Educaçom sexual integral e transversal feita desde parâmetros científicos em todos os centros de secundária da Galiza.
- Programas integrais de revisom dos textos didácticos no ensino público. Modificaçom dos exemplos para reflectirem a diversidade afectivo-sexual e de género, assim como a formaçom e reciclagem de profissionais do ensino neste sentido.
- Supressom de qualquer conteúdo relacionado com a Religiom católica.
- Obradoiros e palestras divulgativas sobre a sexualidade nos PCC, reparto maciço de propaganda sobre os direitos das pessoas em relaçom à sexualidade e informaçom sobre todas as medidas tomadas neste terreno polo governo.
- Direito ao aborto, livre e gratuito na rede sanitária pública e eliminaçom da possibilidade de objecçom de consciência do pessoal sanitário em relaçom aos direitos sexuais e reprodutivos.
- Garantia de acesso livre e gratuío a contraceptivos.
- Alargamento dos horários e da presença geográfica dos chamados *Centros de Planificaçom Familiar* e da rede de centros *Quero-te*.

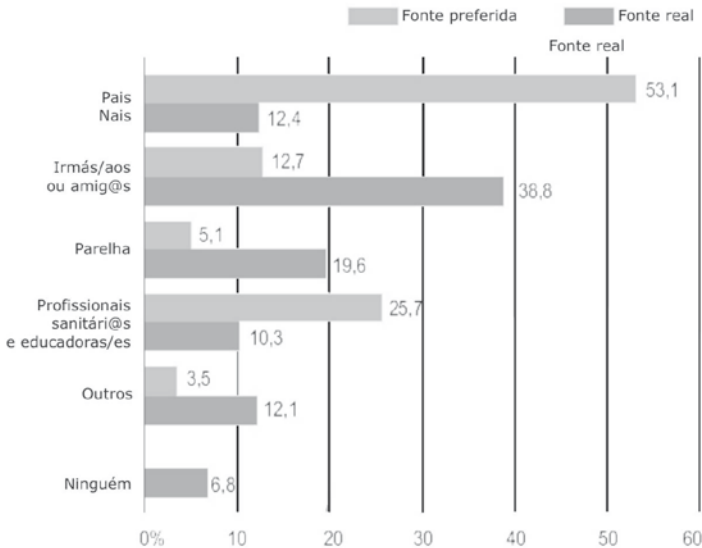
- Criação de equipas de atendimento especializados em Doenças Sexualmente Transmissíveis.
- Formação obrigatória para @s profissionais da saúde sobre sexualidade.
- Estabelecimento de espaços de acesso público e gratuito para que @s moç@s podam manter relações sexuais.
- Eliminação do processo psiquiátrico obrigatório que converte as pessoas trans em cidadãs e cidadãos de segunda categoria.
- Gratuidade das operações da mudança de sexo, incluindo a cirurgia de reassignação.

• Pronto (Orgar

Fontes de informação sobre temas sexuais

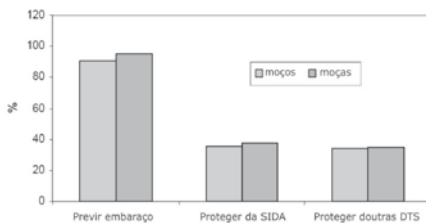
e na OMS médica.

7.- AI



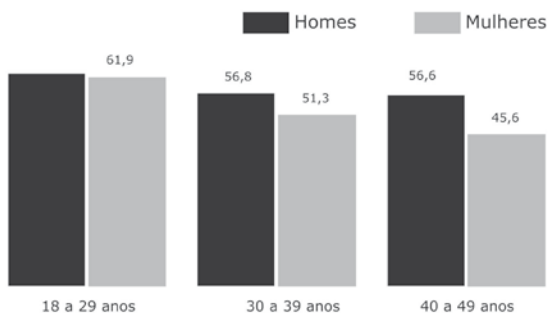
Fonte: INE · 2001 (Estado espanhol)

Razões para usar o preservativo



Fonte: INJUVE · 2004 (Estado espanhol)

Percentagem de população que utilizou sempre preservativo com as parselhas ocasionalmente nos últimos 12 meses



Fonte: INJUVE · 2004 (Estado espanhol)

Evolução nos usos dos diferentes métodos anticoncepcionais

Método utilizado	1997	1999	2001	2003
Preservativo	21,0	21,9	29,5	35,7
Pílula	14,2	16,5	19,2	18,3
Vasectomia	6,6	6,9	6,5	6,9
Ligadura de trompas	5,2	4,5	5,3	5,3
Diu	5,7	5,9	4,7	4,8
<i>Coitus interruptus</i>	1,5	4,3	2,6	3,9
Espermicidas	0,1	0,2	0,1	0,3
Natural	0,9	0,7	0,6	0,5
Diafragma	0,3	0,2	0,4	0,1
Outros	0,1	0,1	0,2	1,8
Ningum	44,4	38,8	30,9	28,8

Fonte: Libro Blanco de la anticoncepción en España

Utilização de anticonceptivos de emergência (AE) e de irrupção voluntária do embaraço (IVE) en jovens de 15-24 anos por CCAA - 2004

	Mulheres 15-24 anos	IVE em mulheres 15-24 anos	AE estimada em mulheres 15-24 anos	Taxa por mil IVE	Taxa por mil AE
Total	2.601.461	33.386	305.361	12,83	117,38
ANDALUCÍA	527.259	7.393	22.720	14,02	43,09
ARAGOM	66.113	940	8.343	14,22	126,19
ASTÚRIAS	56.986	744	7.643	13,06	134,12
BALEARES	57.396	999	7.792	17,41	135,76
CANÁRIAS	127.338	1.292	20.583	10,15	161,64
CANTÁBRIA	32.048	179	2.779	5,59	86,71
CASTELA A MANCHA	113.929	937	12.790	8,22	112,26
CASTELA LEOM	137.154	1.248	20.209	9,10	147,35
CATALUNHA	378.127	6.221	48.904	16,45	129,33
C. VALENCIANA	274.695	3.458	42.395	12,59	154,34
EXTREMADURA	70.073	533	7.065	7,61	100,82
GALIZA	159.442	978	22.013	6,13	138,06
MADRID	346.747	6.013	50.691	17,34	146,19
MÚRCIA	86.804	1.265	10.929	14,57	125,90
NAVARRA	31.229	242	1.902	7,75	60,90
PAÍS BASCO	109.733	708	15.040	6,45	137,06
RIOJA	16.353	189	2.158	11,56	131,96
CEUTA E MELILHA	10.045	47	1.402	4,68	139,57

Infecção gonocócica
Casos declarados e taxas por 100.000 habitantes
Estado espanhol. 1995-2003

Anos	Nº de casos	Taxa por 100.000
1995	4.599	11,69
1996	3.951	10,02
1997	2.352	5,95
1998	2.169	5,47
1999	1.467	3,68
2000	1.048	2,61
2001	805	1,98
2002	833	2,02
2003	1.069	2,55

Fonte: Red Nacional de Vigilancia Epidemiológica

SIDA NA GALIZA*								
Dados acumulados desde 1981, segundo provincia e as categorías de transmisión								
	HOMO BISEX	*UDVP	HEMODER	TRANSFUS.	NAI-FILHA/O	HETEROSEX.	*OUTROS NC	TOTAL
Corunha	118	954	27	12	4	261	38	1.414
Lugo	15	185	5	4	3	68	10	290
Ourense	38	266	8	5	1	75	16	409
Ponte Vedra	114	856	20	10	6	280	72	1.358
TOTAL	285	2.261	60	31	14	684	136	3.471

*UDVP: Usuários de drogas por via parental; HEMODER: Receptores de hemoderivados; OUTROS/NC: Outras exposições de risco ou non conhecidas

Fonte: *Infoxove nº 9*

Regulagem legislativa do aborto em distintos países, segundo restituidade (1997)

Países	mais restritiva-----mais aberta				
	Só para salvar a vida da mulher	Ademais, por problemas de saúde física	Ademais, por problemas de saúde mental	Ademais, por razões socio-económicas	Sem restrição em quanto a razão, sim a idade gestacional
Irlanda	*				
Polónia	*	*			
Irlanda do Norte	*	*	*		
Portugal	*	*	*		
Suíça	*	*	*		
Estado espanhol	*	*	*		
Finlândia	*	*	*	*	
Inglaterra	*	*	*	*	
Itália	*	*	*	*	*
Grécia	*	*	*	*	*
França	*	*	*	*	*
Alemanha	*	*	*	*	*
Áustria	*	*	*	*	*
Países Baixos	*	*	*	*	*
Bélgica	*	*	*	*	*
Suécia	*	*	*	*	*
Noruega	*	*	*	*	*
Dinamarca	*	*	*	*	*
Rússia	*	*	*	*	*
Roménia	*	*	*	*	*
Hungria	*	*	*	*	*
Jugoeslavia*	*	*	*	*	*
Cuba	*	*	*	*	*
Canadá	*	*	*	*	*
EUA	*	*	*	*	*

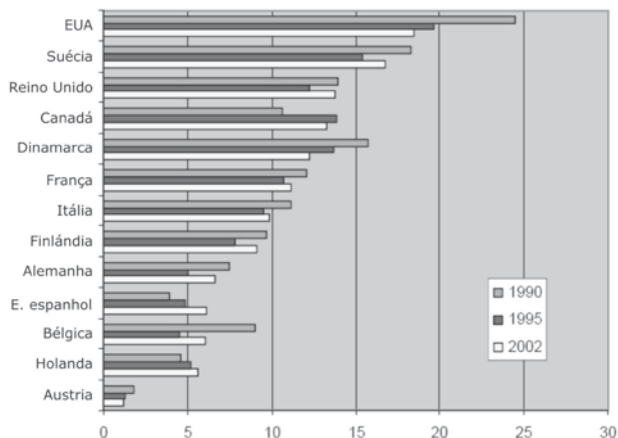
Fonte: Ministério espanhol de Sanidade e Consumo

Regulaçom legislativa do aborto em distintas regions, segundo restitvidade (1997)

Regions	màs restrictiva				màs abierta
	Só para salvar a vida da mulher	Ademais, por problemas de saude física	Ademais, por problemas de saude mental	Ademais, por razons socio-económicas	Sem restricçom em quanto a razom, sim a idade gestacional
O 25% da populaçom mundial: 54 países de África, Ásia, América e de Europa só Irlanda	*				
O 10% da populaçom mundial: 25 países de África, Ásia, América e de Europa só Polónia	*	*			
O 4% da populaçom mundial: 20 países de África, Ásia, América e de Europa Irlanda do Norte, Suíça, Portugal e Estado espanhol	*	*	*		
O 20% da populaçom mundial: 6 países de África, Ásia e de Europa Finlândia e Inglaterra	*	*	*	*	
O 41% da populaçom mundial: 49 países dos que 29 som de Europa, 6 de Ásia e 4 de América	*	*	*	*	*

Fonte: Ministério espanhol de Sanidade e Consumo

Freqüência de aborto em estados europeus, Canadá e EUA



Fonte: Ministério espanhol de Sanidade e Consumo

notas:

notas:

notas:

notas:



Ferramentas de formação e luta

3